UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
MESTRADO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA

RICARDO VIEIRA BERTOLDO

A trajetória política dos nikkeis em Mairinque, São Paulo

São Paulo

2018

RICARDO VIEIRA BERTOLDO

A trajetória política dos nikkeis em Mairinque, São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Koichi Mori

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B546 BERTOLDO, RICARDO VIEIRA
A trajetória política dos nikkeis em Mairinque,
São Paulo / RICARDO VIEIRA BERTOLDO ; orientador
KOICHI MORI. - São Paulo, 2018.
76 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Trajetória política. 2. Imigração japonesa. 3.
Nikkeis. I. MORI, KOICHI, orient. II. Título.

BERTOLDO, Ricardo Vieira. **A trajetória política dos nikkeis em Mairinque, São Paulo.** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras no Programa Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, com admiração e gratidão por seu apoio, carinho e presença ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Koichi Mori, pelas orientações e permissão de eu ter tido autonomia para a realização deste trabalho.

Às professoras doutoras Ismara Izepe de Souza e Eliza Atsuo Tashiro Perez pelas preciosas contribuições no momento da qualificação deste trabalho.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso e aos professores e colegas do programa de Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

À comunidade japonesa de Mairinque pela força e garra que, graças ao trabalho duro e esperança, transformaram essa cidade e aos meus entrevistados que deram vida a este trabalho.

E, claro, à minha família e amigos pelo constante apoio e estímulo durante todo o processo da realização desta dissertação.

RESUMO

BERTOLDO, Ricardo Vieira. **A trajetória política dos nikkeis em Mairnque, São Paulo**. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Ao investigar sobre a contribuição e o destaque dos japoneses e descendentes à sociedade brasileira em diversas áreas como: profissional, acadêmica, artística, esportiva etc., esta dissertação objetivará analisar a contribuição e a trajetória nipônica em uma área ainda não muito explorada: a área da participação na política. Especificamente, a pesquisa tratará sobre a trajetória política dos *nikkeis* na cidade de Mairnque, interior de São Paulo, iniciada em 1960, época da emancipação da cidade. O contexto da chegada na cidade, como entraram para a política, como se elegeram, o papel das associações japonesas no pleito etc. Em um primeiro momento foram utilizadas referências bibliográficas para a coleta de informações acerca do panorama geral dessa participação no cenário político nacional, principalmente no Estado de São Paulo, começando, oficialmente, após o final da Segunda Guerra Mundial, época em que os *nikkeis* já estavam decididos que permaneceriam definitivamente no Brasil. Para a coleta dos dados e informações para os objetivos específicos do estudo foram feitas observações *in loco* através de pesquisa de campo utilizando entrevistas semiestruturadas com os próprios políticos e/ou familiares para esse fim. Analisando as informações através de leituras e das entrevistas, verifica-se que nos primeiros pleitos os candidatos eram eleitos apenas pelos votos da colônia japonesa. No decorrer dos anos nota-se que a etnia já encontrara-se totalmente assimilada à cidade, recebendo votos de todas as etnias que a compõe e lutavam em favor dos interesses de todos. Conclui-se que os *nikkeis* na cidade estavam desde o começo comprometidos com o trabalho e com as questões não só da comunidade japonesa, mas, também, com as dos outros brasileiros.

Palavras-chave: Imigração japonesa. Nikkeis. Políticos japoneses. Trajetória política. Japonesidade.

ABSTRACT

BERTOLDO, Ricardo Vieira. **The politician trajectory of nikkeys in Mairinque, São Paulo**. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

In investigating the contribution and the prominence of Japanese and descendants to Brazilian society in several areas such as: professional, academic, artistic, sports, etc., this dissertation will aim to analyze the contribution and the trajectory of Japanese people in an area not yet explored: participation in politics. Specifically, the research will deal with the political trajectory of the Nikkei in the city of Mairinque, in the countryside of São Paulo, begun in 1960, the time of the emancipation of the city. The context of the arrival in the city, how they entered into politics, how they elected themselves, the role of Japanese associations in litigation, etc. Bibliographical references were initially used to gather information about the general panorama of this participation in the national political scene, mainly in the State of São Paulo, officially beginning after the end of World War II, when the Nikkei were already decided that they would definitely remain in Brazil. In order to collect data and information for the specific objectives of the study, field observations were made through field research using semi-structured interviews with the politicians themselves and/or their families for this purpose. Analyzing the information through readings and interviews, it turns out that in the first lawsuits the candidates were elected only by the votes of the Japanese colony. Over the years it has been noticed that the ethnic group had already been totally assimilated to the city, receiving votes from all the ethnic groups that compose it and fought for the interests of all. It is concluded that the Nikkei in the city were from the beginning committed to the work and issues not only of the Japanese community, but also with those of the other Brazilians.

Keywords: Japanese immigration. Nikkeys. Japanese politicians. Political trajetory. Japonesity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Pôster de Propaganda Governamental Japonesa de Migração ao Brasil	25
Figura 2	Navio Kasato Maru em 1908	25
Figura 3	Praça principal da cidade de Mairinque	38
Figura 4	Estação Ferroviária de Mairinque	39
Figura 5	Pedra do Jardim Japonês Sadami Hirakawa	41
Figura 6	Trabalhores japoneses na antiga Fazenda Gância em 1948	42
Figura 7	Foto tirada no sítio de Nobuo Tanioka em 1953 no bairro Setúbal	43
Figura 8	Foto tirada em 1984 em frente à Associação Cultural de Mairinque	45
Figura 9	Cartaz do evento Noite Japonesa. Edição 2014	46
Figura 10	Equipe de Baseball em foto de 1985	46
Figura 11	FEPEMA. Local onde era realizada a Festa do Pêssego	48
Figura 12	Vencedoras do concurso Rainha da FEPEMA	48
Figura 13	FEPEMA 1972	50
Figura 14	Assinatura do convênio cidade-irmã no Japão em 1973	52
Figura 15	José Matinaga em Mitsuke em 1995	53
Figura 16	Yukishigue Tamura – o primeiro político de origem japonesa	56
Figura 17	Moriki Taka	58
Figura 18	Sadami Hirakawa	59
Figura 19	Mario Nishimori	60
Figura 20	José Matinaga	61
Figura 21	Milton Mitsuo Enokibara	63
Figura 22	Kioshi Hirakawa	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Imigração Japonesa por Ano	27
-----------	----------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do município de Mairinque	36
Mapa 2	Mitsuke (見附市) localizada na província de Niigata (新潟県)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Cultural de Mairinque
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CEASA	Centrais de Abastecimento
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
DEM	Democratas
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana (EFS)
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A
FEPEMA	Festa do Pêssego de Mairinque
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JICA	Japan International Cooperation Agency
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia
PST	Partido Social Trabalhista
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A PARTICIPAÇÃO NIKKEI NA SOCIEDADE BRASILEIRA	20
1.1 CONTEXTO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS (SÉCULOS XIX E XX)	20
1.1.1 <i>O Japão no Contexto da Emigração</i>	21
1.1.2 <i>O Brasil no Contexto da Emigração</i>	24
1.1.3 <i>A Imigração Japonesa no Brasil</i>	26
1.2 OS NIKKEIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PERÍODO PRÉ-GUERRA (1908-1941)	27
1.2.1 <i>A Perseguição Antijaponesa: O Contexto no Estado Novo (1937)</i>	30
1.3 OS NIKKEIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-GUERRA (1945)	32
1.3.1 <i>O Começo da Estabilidade: A Educação como Mudança de Imagem</i>	33
2 IMIGRAÇÃO JAPONESA EM MAIRINQUE	36
2.1 HISTÓRICO E FORMAÇÃO DA CIDADE	36
2.1.1 <i>A Cidade que Nasceu com a Ferrovia</i>	39
2.2 A IMIGRAÇÃO E A PRESENÇA JAPONESA EM MAIRINQUE	41
2.2.1 <i>As Associações Japonesas da Cidade</i>	45
2.2.2 <i>Cultura Emanada pelos Japoneses: A Festa do Pêssego</i>	47
2.2.3 <i>O Tratado de Cidade-Irmã com Mitsuke e as Relações com o Japão</i>	50
3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	55
3.1 OS PRIMEIROS POLÍTICOS DE ORIGEM JAPONESA NO BRASIL	55
3.1.1 <i>A Participação Política em Mairinque e Históricos de Vida</i>	57
3.1.2 <i>Análise e Discussões dos Resultados</i>	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS	76

INTRODUÇÃO

A imigração japonesa no Brasil começou oficialmente em 1908 com a chegada do navio *Kasato Maru* no porto de Santos no dia 18 de junho. Com esses imigrantes, veio o sonho de conseguir uma vida melhor, juntar dinheiro e retornar ao Japão. Mas a situação não foi tão simples assim, pois os imigrantes encontraram um país totalmente diferente do seu e suas expectativas, principalmente em relação ao trabalho, não foram contempladas. Muito pelo contrário, houve uma grande decepção desses trabalhadores com o país que fora escolhido para transformarem suas vidas.

Ao longo das primeiras quatro décadas no Brasil os japoneses enfrentaram diversos problemas e conquistas¹. Porém, o desejo era sempre de retornar um dia ao seu país de origem. Esse pensamento mudou apenas após a derrota do Império do Japão na Segunda Guerra Mundial em 1945 e com os filhos e netos dos primeiros imigrantes já enraizados no país; eles não viam mais sentido em retornar. Após esses anos de muitas lutas e conquistas, os nipônicos decidiram permanecer definitivamente no Brasil.

É neste contexto que os primeiros imigrantes japoneses e descendentes chegaram a Mairinque. Após estarem dispersos por distintas regiões do país, eles chegaram à cidade em busca de terras para o cultivo e, assim, ganhar independência econômica e se desenvolverem. Conforme Miyao e Yamashiro (1992: 377):

Os japoneses, que durante a guerra sofriam restrições na sua movimentação, começaram, no pós-guerra, um crescente movimento migratório dentro do território brasileiro. Uma parte considerável dessa migração se verificou no sentido do interior paulista e para a região norte do Paraná, em busca de novas terras agrícolas. Outra grande corrente se dirigia na direção da cidade de São Paulo e cidades vizinhas. Os migrantes deste grupo visavam, em sua maioria, aumentar seus ganhos mediante a prática de uma agricultura intensiva, com o cultivo de hortifrutigranjeiros nas proximidades da capital paulista, então em fase de grande expansão econômica. Paralelamente procuravam melhor oportunidades para educar seus filhos em São Paulo, já que no interior a rede de ensino técnico ou superior era precária ou inexistente.

Com isso, conclui-se que a cidade de Mairinque foi perfeita para a instalação desses (i)migrantes. Por ser localizada a 70 quilômetros da capital paulista, ou seja, não tão distante

¹ Ao longo do primeiro capítulo mostraremos, de forma resumida, como fora a vida dos imigrantes japoneses antes e após a Segunda Guerra Mundial.

de São Paulo, foi um local adequado para se instalarem e trabalharem. Percebe-se também já haver fortes sinais de integração com a sociedade brasileira após o final da Segunda Grande Guerra, com os nipônicos começando a ocupar diversos setores da vida brasileira, inclusive o da política.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo tratar sobre a participação política dos imigrantes japoneses e descendentes na cidade de Mairinque, interior de São Paulo. Mairinque, até 1957, pertenceu ao município de São Roque, conquistando a sua emancipação em 1958. A cidade vivia exclusivamente da ferrovia, pois ali era uma região estratégica para a ligação entre o mar, o interior do país e o Oeste do Estado de São Paulo, abrigando oficinas reparadoras da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). Após 1930, as oficinas foram transferidas para Sorocaba, o que ocasionou a decadência do lugar, pois a maioria da população era funcionária da Companhia.

A cidade apenas começa a ressurgir economicamente graças ao início da imigração japonesa. Conforme já explanado, os imigrantes já estavam decididos a permanecerem no Brasil definitivamente após o final da Segunda Guerra Mundial e os primeiros japoneses e descendentes chegaram à Mairinque em 1948. Essas pessoas vieram principalmente com o objetivo de ganhar a independência econômica. Com o estabelecimento dos primeiros *nikkeis*², Mairinque retomou seu crescimento econômico com a introdução da agricultura por esses imigrantes que cultivavam hortaliças e frutas, também tornando a cidade conhecida nacionalmente pela produção de pêssegos e pela extinta Festa do Pêssego.

Dessa forma, a pesquisa abordará o período de 1948, com a chegada dos primeiros japoneses na cidade, passando pela primeira eleição do município já emancipado, em 1959, até os dias atuais. Após a emancipação, aconteceu a primeira eleição para os cargos do executivo e legislativo e em 1960 tomaram posse os primeiros vereadores e prefeito da cidade já com um representante *nikkei* como vereador, o senhor Moriki Taka. De 1960 até os dias atuais, a cidade já teve 14 legislaturas, sendo 9 delas com a participação de ao menos um político *nikkei*.

Com isso, pretende-se descobrir como objetivos específicos, as estratégias utilizadas por essas pessoas para se elegerem; o papel das associações japonesas no pleito, até que ponto influenciam; compreender o histórico de suas vidas e desvendar a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas para a cidade. Para chegar a essas respostas, foi

² Nikkei é uma palavra de origem japonesa para designar os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior.

realizado estudo de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas com os atores políticos *nikkeis* da cidade ou, em caso de impossibilidade, com parentes próximos.

Ao todo, foram realizadas duas entrevistas focando em três dos seis políticos *nikkeis* da cidade, pois a maior parte dos políticos não estava mais viva e alguns familiares já não se encontravam mais na cidade. Adotamos a pesquisa qualitativa para análise das questões de etnicidade, identidade, históricos de família etc. Além das entrevistas específicas com os atores políticos e familiares, também foram realizadas entrevistas informais com membros da comunidade *nikkei* da cidade para descobrir históricos de vida e outras questões sobre a presença japonesa na cidade. Também foram utilizadas para as análises, materiais como jornais, revistas, *sites*, blogs etc. Buscou-se uma análise crítica desses materiais para, juntamente com as entrevistas, chegarmos a algumas conclusões.

A principal hipótese levantada para a introdução dos *nikkeis* na política em Mairinque foi: encontrado o lugar ideal para se instalarem após os conturbados anos de guerra³, essas pessoas queriam tranquilidade para se desenvolverem e, como qualquer outra etnia da época, integrar-se na política era essencial para participarem como cidadãos brasileiros plenos e defenderem a seus interesses.

A dissertação estará dividida em três capítulos, sendo que os dois primeiros *A Participação Nikkei na Sociedade Brasileira e Imigração Japonesa em Mairinque* tentam sintetizar e contribuir para o entendimento do contexto da imigração japonesa no Brasil, da participação da etnia nipônica na sociedade brasileira e, especificamente, a introdução desses imigrantes na cidade de Mairinque. Esses capítulos terão como arcabouço teórico o levantamento bibliográfico dos trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos consagrados nos estudos sobre imigração japonesa e sobre os *nikkeis* como Arlinda Rocha Nogueira⁴, Hiroshi Saito⁵, Shozo Motoyama⁶ e Márcia Yumi Takeuchi⁷, esta, uma das

³ Aqui referimos à Segunda Guerra Mundial e também após esta, a guerra entre a própria colônia que enfrentou uma ruptura entre os que não acreditavam na derrota do Japão na guerra com aqueles que acreditavam e eram perseguidos acusados de antinacionalistas.

⁴ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao-Ohmo, 1984.

⁵ SAITO, Hiroshi. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

⁶ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil: Volume I (1908-1941)*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011 e MOTOYAMA, Shozo., OKUBARO, Jorge J. *Do conflito à integração: uma história da imigração japonesa no Brasil: Volume II (1941-2008)*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2016.

⁷ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002; *Japoneses: a saga do povo do sol nascente*. São Paulo: Lazuli, 2007; *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitás/Fapesp, 2008 e

maiores referências sobre a questão da perseguição antijaponesa sofrida pelos *nikkeis* até o final da Segunda Guerra Mundial. Também foram utilizadas obras de memorialistas e biógrafos famosos na comunidade japonesa como Tomoo Handa e José Yamashiro⁸.

Os estudos históricos sobre imigração japonesa no Brasil, em sua maioria, segundo Maesima (2012), décadas antes dos anos de 1990, privilegiavam questões relacionadas a dados quantitativos e demográficos, como a tese de doutorado de Arlinda Rocha Nogueira *A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)* defendida em 1971.

Em relação aos trabalhos antropológicos e sociológicos, retrocedemos mais um pouco no tempo, na década de 1940, onde os primeiros estudos foram feitos pelos pesquisadores Herbert Baldus e Emilio Willens (1941), tendo o grupo étnico japonês como objeto de estudo pela primeira vez. Esses trabalhos foram o *pontapé* inicial para questões que conhecemos hoje como “assimilação”, “integração” etc. Maesima (2012) ainda nos diz que, após esses trabalhos, outros seguiram na mesma linha como os de Emilio Willens e Hiroshi Saito em 1947 e também pesquisadores brasileiros como Ruth Corrêa Leite Cardoso (1959) entre outros.

Concluindo, percebe-se que os trabalhos sobre imigração japonesa no Brasil foram, inicialmente, direcionados para as ciências sociais e, em sua maioria, de antropologia e de sociologia. Só a partir da década de 1980 que o campo historiográfico da imigração japonesa no Brasil começou a se desenvolver por completo tendo como objetivos gerais a busca de especificidades locais, aumentando, assim, os estudos de casos, sem abandonar essas outras questões abordadas pelas ciências sociais.

A bibliografia sobre a questão do preconceito contra os asiáticos e especificamente os japoneses, em sua maioria, nos diz que esses grupos sofreram discriminações e ataques verbais, físicos e jurídicos principalmente pelo poder público. Estes justificavam essas ações tendo como base a eugenia, na crença de que a sociedade brasileira deveria ser composta apenas pelos europeus brancos e que negros, amarelos e indígenas, atrapalhariam o desenvolvimento do país por serem considerados inferiores.

Alguns estudos monográficos como a dissertação de mestrado de Rogério Dezem⁹ e a tese de doutorado de Marcia Yumi Takeuchi¹⁰ demonstram que o “perigo amarelo” era uma

Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.

⁸ HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A Queiróz Editor Ltda., 1987 e YAMASHIRO, José. Japão: passado e presente. São Paulo: Ibrasa, 1986.

⁹ Matizes do “Amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Humanitás, 2005.

ameaça à formação de uma nação coesa e os japoneses representavam uma ameaça alienígena e perigosa ao Brasil. Dezem (2005), assegura que as diferenças entre japoneses e brasileiros causariam preconceito, mas era principalmente pelo fato da concorrência nacional entre trabalhadores e pela questão internacional do Japão ter vencido a poderosa Rússia e estado cada vez mais imperialista. Takeuchi (2009), mostra como a imagem estereotipada do imigrante japonês foi criada a partir da veiculação de charges e caricaturas nas revistas ilustradas e a documentação diplomática brasileira legitimou o preconceito contra os japoneses, estigmatizando-os como indesejáveis ou como inferiores, principalmente durante o Estado Novo e na Segunda Guerra Mundial, quando se tornaram perigo étnico.

O trabalho de Priscila Nucci¹¹ também merece destaque, pois analisou o discurso preconceituoso por parte dos intelectuais e movimentos contra os japoneses durante a campanha antinipônica, problematizando as bases científicas que os discursos racistas se amparavam.

A maioria dos dados bibliográficos encontrados para esses dois primeiros capítulos foram devido aos levantamentos de trabalhos acadêmicos sobre a imigração japonesa no Brasil a partir de fontes como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo e a Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, também da Universidade de São Paulo.

Finalmente o terceiro capítulo, *A Participação Política*, terá como suporte as descrições dos fatos levantados empiricamente através das entrevistas e analisados principalmente sob a ótica dos trabalhos da socióloga Célia Sakurai¹². Este capítulo pretende mostrar como fora a introdução dos primeiros políticos de origem japonesa no Brasil e como isso impactou para a transformação de imagem do japonês no país. Antes vistos como inassimiláveis, acusados de viverem em quistos sociais e de atrapalharem o *embranquecimento* da sociedade brasileira, essas pessoas precisaram provar que esses pensamentos estavam errados e eles utilizaram a educação e, conseqüentemente o crescimento econômico para isso. Conforme Miyao e Yamashiro (1992: 377), a educação “era o caminho certo para sua própria estabilidade econômica”. Não só econômica como também social, Lesser (2008: 25 e 210 *apud* Motoyama: 223) cuja tese diz que no:

¹⁰ *Op., cit.*,

¹¹ NUCCI, Priscila. *Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico: textos e silêncios*. São Paulo: Anablume, 2010.

¹² SAKURAI, Célia. A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, Boris. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995.

“Brasil, a ascensão social tende a acarretar mudanças nas categorizações étnicas e raciais, e os nipo-brasileiros, de modo geral, alcançaram êxito econômico. Na década de 1930, era comum os *nikkeis* serem transferidos da categoria ‘amarelos’ (o termo usado no censo brasileiro) para a categoria ‘branco’.

Podemos dizer, com isso, que apesar de indesejados, com a ascensão econômica, eles foram ganhando respeito dentro da sociedade brasileira. Dessa forma, podemos correlacionar com a participação política na cidade de Mairinque e entender como foi a chegada, as dificuldades que tiveram, se sofreram racismo por serem japoneses, como e porquê entraram para a política etc.

A pesquisa justifica-se, portanto, para a compreensão, mesmo que em parte, da inserção dessa etnia na sociedade brasileira e como ela lidou com as situações que lhe foram postas; como foi superar as adversidades e como se destacou em diversas áreas, focando na área política. Obviamente que os imigrantes e descendentes de Mairinque são poucos para definirmos um todo, mas com essa pesquisa espera-se que outras sejam realizadas em âmbito nacional, principalmente nas cidades onde a concentração de japoneses é maior, para entendermos outros aspectos como anda a participação política dos *nikkeis*, e que tomem como base esses questionamentos aqui expostos e, indo além, mostrando tantos outros motivos que definitivamente ainda existem para serem pesquisados.

1 A PARTICIPAÇÃO NIKKEI NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Neste capítulo serão mostradas, resumidamente, como fora a introdução dos japoneses em terras brasileiras, em 1908, até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, mostrando como fora a vida dessas pessoas na sociedade brasileira.

Para isso, inicia-se com um panorama das migrações internacionais, passando pelo contexto do Japão e do Brasil até o período em que os dois países se encontram.

1.1 Contexto dos Movimentos Migratórios Internacionais (Séculos XIX e XX)

Como podemos observar em Nogueira (1984), através das movimentações emigratórias internacionais, principalmente após a Revolução Industrial (entre 1820 e 1840), um dos principais motivos para o deslocamento dos povos foram relacionados às questões econômicas. Há outros motivos destacados pela autora para a questão dos movimentos migratórios, “como saídas motivadas por guerras, perseguições políticas, religiosas ou mesmo raciais” (Nogueira, 1984: 11). Porém, neste trabalho, vamos nos atentar apenas às motivações econômicas, pois fora um dos dois principais motivos para a imigração japonesa no Brasil, ao lado da questão da superpopulação que o Japão passava à época.

A mesma autora (1984) ainda nos diz que com o surgimento de grande número de desempregados na Europa, devido ao desaparecimento e diminuição de trabalhos na lavoura e de atividades artesanais, por conta dos produtos fabricados em série pelas máquinas da Revolução Industrial, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, muitos desses povos se viram obrigados a deixarem seus países para tentarem a sorte no exterior ao invés de permanecerem como desempregados em suas terras natais. Ainda segundo Nogueira (1984), o período maior dessas movimentações populacionais internacionais pode ser limitado entre os anos de 1840 a 1914. Inicialmente, a imigração era encorajada e livre, tanto pelos emigrantistas como para os imigrantistas, sem qualquer tipo de controle por parte dos países interessados.

Pode-se dizer que essa situação mudou com o passar dos anos. Como nos assegura Nogueira (1984), para os países que cediam sua mão de obra ao estrangeiro, significava a perda de pessoas jovens e viris em idade de produção, além de essas pessoas estarem representadas pelos gastos a sua formação por parte do governo. Com isso, foi despertada a questão dos efeitos sociais e políticos que uma emigração ilimitada causaria, o que resultaria na tomada de certas providências para maior regulamentação desses movimentos populacionais.

Já em relação aos países receptores também começaram a ser pensados e discutidos certos direitos e deveres. Esses países tinham que se proteger de certos “perigos”, quer de ordem eugênica, quer de ordem sanitária, religiosa, política, social ou mesmo moral. Assim, muitos desses países receptores começaram a tomar providências a fim de impedir a entrada daqueles que pudessem comprometer um desses aspectos. (NOGUEIRA, 1984).

Tudo se agravava após a Primeira Guerra Mundial (1914-18) com o crescente nacionalismo¹³. Países considerados imigrantistas até então, como os Estados Unidos, por exemplo, passaram a não aceitar em seus territórios imigrantes julgados “inferiores” e que pudessem comprometer sua estrutura política, seja por razões eugênicas, morais, sociais ou econômicas. Já países fornecedores, estando empobrecidos pela guerra começaram a impedir a saída de homens vigorosos, em idade de produzir, pois sua formação pesaria aos cofres da nação. (NOGUEIRA, 1984).

Dessa forma, conclui-se com base das ideias dos autores que houve uma grande transformação a partir do início da industrialização dos países, principalmente dos países europeus, com muitos problemas como a miséria devido ao não absorvimento da mão de obra nas fábricas, deixando as cidades abarrotadas de pobres desempregados, passando pelo problema da superpopulação. Tudo isso corrobora e leva às migrações internacionais de forma desenfreada em um primeiro momento até a Primeira Guerra Mundial onde os países começavam a rever certas questões devido às consequências do conflito.

1.1.1 O Japão no Contexto da Emigração

De acordo com Nogueira (1984), após permanecer por mais de duzentos anos fechado sob um regime feudal comandado por *shoguns*, *daimyos* e samurais, em 1854 o Japão finalmente assinou um tratado, inicialmente com os Estados Unidos e depois com outros países, abriu seus portos ao mundo e iniciou o comércio internacional. Mesmo com a abertura de portos, o país ainda permaneceu por mais uma década de agitação e confusão e o governo Tokugawa¹⁴ não conseguiu manter-se no poder e o período feudal foi finalmente derrubado.

¹³ Surgiu temor nos países considerados imigrantistas da entrada de imigrantes considerados inferiores. Segundo Nogueira (1984), essa inferioridade poderia causar não só problemas econômicos, como perturbar a estrutura política e a formação da própria raça do país.

¹⁴ Período na história japonesa entre os anos de 1603 a 1868, época em que o Japão permaneceu fechado para o mundo e era considerado feudal, apesar de muitos historiadores questionarem esse termo, devido à acentuada descentralização do país (NOGUEIRA, 1984).

Em 1868 o poder do imperador é restaurado, marcando a passagem do país de um Estado feudal para um Estado moderno, a Restauração Meiji (1868 a 1912). O Japão passou por transformações políticas, econômicas e sociais marcantes nessa época. Apesar de ter entrado à modernidade tardiamente essas transformações foram realmente revolucionárias para o país que em poucos anos já encontrava-se de igual para igual com as outras nações mais ricas.

Levi-Strauss (2012: 81, *apud* Hirano: 238 e 239), todavia, discorda dessa afirmação de que o Japão apenas entra na era da industrialização e do capitalismo com a Reforma Meiji. Segundo ele, “O Japão já era no século XVI uma nação industrial que fabricava e exportava para a China, às dezenas de milhares, armaduras e sabres, e um pouco mais tarde arcabuzes e canhões”. Ainda informa que o país já “contava mais habitantes que qualquer país da Europa, tinha mais universidades, uma taxa de alfabetização mais elevada...”.

Discordâncias à parte, o que é certo foi que nesta época da Restauração Meiji que acelerou-se a economia industrial, já que antes o país era praticamente movido pela agricultura, e os reflexos dessas alterações, segundo nos assegura Nogueira (1984), atingiram tanto os proprietários de terras quanto os camponeses à semelhança do que houvera em outros países, quando da desintegração do feudalismo. Como consequência, vários camponeses se transferiram aos centros urbanos para encontrarem uma forma de sobrevivência mais digna.

Com a crescente miséria no campo, devido a diversos fatores como arrendamento de terras, reforma tributária etc., o governo tentou incentivar, inicialmente, a população migrar para *Hokkaido*, norte do arquipélago, tentando evitar, assim, a emigração e “proteger sua fronteira do norte da Rússia que à época colocava em prática sua expansão para o oriente” (Motoyama, 2011: 74). Como resultado, *Hokkaido* fora bastante povoada e desenvolvida com a criação de fábricas etc. Como demonstra Motoyama (2011), nitidamente no período entre 1891 a 1920 a migração para lá cresceu, o que explica o motivo de a emigração japonesa para o exterior ter sido relativamente pequena neste período.

Nogueira (1984) também demonstra alguns motivos, notadamente culturais, para a hesitação do japonês à emigração. Eles não cogitavam cortar o elo com seus país de origem e retornar era prioridade, mesmo que fosse após a morte:

Ao lado do crescente aumento da população, sobretudo nas províncias do Centro e no Sul do Japão, havia todo um contexto socioeconômico que explica terem os nipônicos lançado mão da emigração. Além de o fato do japonês, como de resto de

todos os orientais, se sentirem de certa forma presos à terra de seus antepassados. (NOGUEIRA, 1984: 37).

Porém, com o agravamento da crise socioeconômica após 1884 e do constante aumento da população, o Japão viu-se obrigado a autorizar a emigração e iniciou assim os tratados de navegação com alguns países.

Como afirma Sakurai:

Em 1896, a Dieta do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes. A lei incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende. Este ponto é central para a compreensão da evolução da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil. (SAKURAI, 1998: 05).

De acordo com Sakurai (2000, *apud* Inoue, 2014), com essa lei, os japoneses emigrantes eram tutelados¹⁵ pelo Império e este, servindo de norte aos trabalhos, indicavam os melhores lugares para onde ir, como se comportar, além de dar suporte aos empreendimentos que interessavam ao Japão.

Para Motoyama (2011), o principal destino dos primeiros imigrantes japoneses eram os Estados Unidos, principalmente o Havaí. Tsuchida (1988, *apud* Pinheiro, 2009), nos afirma que desde o final da Era Taisho (1912 a 1926) e durante o período Showa (1926 a 1989)¹⁶, a corrente imigratória principal foi para o Brasil e também para outras regiões asiáticas. O mesmo autor ainda nos diz que “a emigração pós-guerra reiniciou-se em 1952, no ano do Tratado de Paz de São Francisco, principalmente para os Estados Unidos e novamente ao Brasil” (1998:77, *apud* Pinheiro, 2009: 78). Contudo, as restrições para com os asiáticos iam aumentando não apenas nos Estados Unidos, mas, também, no resto mundo¹⁷.

Segundo Saito (1961:24, *apud* Maesima: 40), a imigração japonesa para a América do Sul iniciou em 1899 com a emigração de japoneses para o Peru. O destino era as plantações de cana e algodão, onde trabalhavam também com o intuito de acumular capital para retornar ao Japão. A emigração para o Brasil também seguiu a mesma lógica que

¹⁵ SAKURAI, Célia. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas, 2000. Tese de doutoramento em Antropologia IFCH-UNICAMP.

¹⁶ O calendário japonês na era moderna é dividido da seguinte maneira: período Meiji de 1868 a 1911; Taishō de 1912 a 1926; Shōwa: 1926 a 1989 e Heisei: de 1989 até hoje.

¹⁷ Veremos mais adiante a questão das restrições para com os asiáticos e, por consequência, aos japoneses. Muitas dessas restrições eram claramente de ordem racistas.

aconteciam com a emigração aos Estados Unidos, Havaí e Peru, os trabalhadores iam com a gana de juntar dinheiro para retornar à pátria.

Então, como pudemos observar, a emigração japonesa começou principalmente pelas grandes transformações no período da Restauração Meiji, iniciada em 1868, que transformou o Japão de um Estado feudal para um Estado moderno e ocidentalizado. A partir dessas mudanças, a industrialização acabou sendo priorizada, diminuindo os empregos no campo e tendo os trabalhadores também que pagar altos impostos, impossibilitando a vida no campo, o que levou grande parte dos camponeses a migrar para as cidades. Com o aumento da população nas cidades e a diminuição da mortalidade infantil devido às melhorias do sistema de saneamento público, o governo foi obrigado a encontrar novas possibilidades para esses problemas, o que ocasionou colocar em prática as políticas incentivadoras da emigração.

1.1.2 O Brasil no Contexto da Emigração

Como demonstram Caio Prado Júnior (1965) e Nogueira (1984), até meados do século XIX a principal força de trabalho da economia brasileira era representada pela mão de obra escrava. Com a interrupção do tráfico negreiro em 1850 e a abolição da escravatura em 1888, houve urgência para resolver a questão da falta de trabalhadores para o trabalho na lavoura cafeeira, sendo o café a principal fonte econômica do país na época.

Mas não foi fácil a aceitação da introdução do japonês como mão de obra no país, pois segundo Nogueira (1984) a opinião pública e o governo se manifestavam contra a entrada de asiáticos em geral, principalmente por questões raciais, além de decretos e leis promulgados por parte do governo federal e do Estado de São Paulo. Acreditava-se também à época na superioridade do europeu e o Brasil tinha a intenção explícita de *branqueamento* da sociedade.

Com a dificuldade para conseguir imigrantes europeus, já que a Itália, principal provedora de fluxo de emigrantes ao Brasil, proibiu que seus cidadãos fossem recrutados e enviados ao país, o governo acabou por “aceitar” a vinda dos primeiros japoneses tendo como principais críticas, as questões de que o japonês não permanecia no país para qual emigrava, não se assimilava com facilidade e constituía um grupo à parte na sociedade (NOGUEIRA, 1984). A produção do café também encontrava-se relativamente alta, justificando a vinda desse braço de trabalho para ajudar na produção. Também havia a pretensão de conseguir, com a introdução dos imigrantes japoneses, o desenvolvimento das relações comerciais entre

o Brasil e o Japão e a conquista de um novo mercado para a exportação do nosso café. (NOGUEIRA, 1992).

Data-se de 1907 a assinatura do contrato para a inserção do povo japonês na lavoura cafeeira.

Figura 1. Pôster de Propaganda Governamental Japonesa de Migração ao Brasil

Fonte: Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB-SP)

Em 28 de abril de 1908, a bordo do navio *Kasato Maru*, zarpando de Kobe, parte a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil. No dia 18 de junho de 1908, atracava ao porto de Santos o navio trazendo os primeiros imigrantes japoneses, tendo início, então, oficialmente, a imigração japonesa no Brasil.

Figura 2. Navio Kasato Maru em 1908

Fonte: Folhapress

1.1.3 A Imigração Japonesa no Brasil

Segundo alguns autores como Nogueira (1984), Motoyama (2011) e Takeuchi (2007), após a Revolução Meiji que eclodiu no Japão em 1868, o país deixara de viver sob um regime feudal para se transformar numa sociedade moderna inspirando-se em países ocidentais. Após muitos anos fechado, o Japão percebeu que não poderia ficar para trás na corrida desenvolvimentista que o ocidente estava passando e com isso a economia, antes baseada exclusivamente na agricultura, foi substituindo-se aos poucos para a industrial-capitalista.

Com essas mudanças, os camponeses viram-se obrigados a migrarem para as cidades, pois a vida no campo estava insustentável devido às altas cobranças de impostos sobre a terra e sobre a produção agrícola. Segundo Almeida (2012: 42):

O estabelecimento de uma economia industrial se concretizou na formação de acúmulo de capitais e institucionalização de redes de exploração, como: expropriação de terras, proletarianização, concentração de riqueza, acompanhadas de resistências abertas por membros de classes baixas que se sentiam prejudicados.

Com isso as diferenças iam se aumentando e além dos problemas econômicos, a sociedade também enfrentava problemas de ordem social devido ao aumento da população que era agravado a cada ano. Diante dessa realidade o governo japonês criou políticas de emigração para tentar sanar esses conflitos internos e os camponeses partiram para buscarem melhores condições de vida no exterior.

A emigração japonesa começou oficialmente em 1869 para o Havaí e mais tarde para países como Estados Unidos e esse, passando a ser o destino preferencial dos trabalhadores nipônicos. O Brasil começou a ser cogitado como destino dos imigrantes japoneses somente depois do início das políticas restritivas de países como os Estados Unidos e Canadá devido ao crescimento do sentimento antinipônico, originado pelas disputas trabalhistas entre americanos e japoneses. (TAKEUCHI, 2010)

A introdução da força de trabalho japonesa no Brasil não foi nada fácil, pois alguns tópicos como os de ordem racial foram determinantes para o repúdio à entrada dos japoneses. O país acabara de deixar o regime escravista e a entrada da etnia amarela comprometeria a formação do Estado brasileiro ideal, ou seja, aquele de apenas pessoas brancas e consideradas “superiores”. Além da população negra e indígena serem indesejadas para o *branqueamento* da sociedade, a presença dos asiáticos também comprometeria essa política eugênica.

Mas a questão econômica falou mais alto e fora o principal motivo da entrada dos nipônicos no Brasil. Como nos afirma Nogueira (1984), devido à crise de mão de obra nas fazendas de cafés paulistas, causada principalmente pela proibição da entrada de imigrantes italianos pelo governo da Itália, devido às péssimas condições de trabalho, o governo brasileiro acabou aceitando a entrada dos japoneses.

1.2 Os Nikkeis na Sociedade Brasileira no Período Pré-Guerra (1908-1941)

Fase que marca a chegada dos primeiros imigrantes no Brasil até o início da Segunda Guerra Mundial. Este período foi marcado pela entrada dos primeiros imigrantes japoneses no país em 1908¹⁸ para atender exclusivamente à falta de mão de obra nas fazendas cafeeiras paulistas.

Para termos uma noção da quantidade de imigrantes japoneses que entraram no Brasil a partir de 1908, dividiremos em antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo Yamashita (2016), até o começo da Segunda Grande Guerra entraram no Brasil 185.473 imigrantes japoneses e, no pós-guerra, mais 58.367 pessoas. A mesma autora (2016) ainda nos assegura que até 1984, o Brasil recebeu um total de 243.840 pessoas¹⁹.

Gráfico 1. Imigração Japonesa por Ano

¹⁸ Segundo o Livro de Registro de passageiros imigrantes que pertence ao acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa, 780 imigrantes chegaram ao Brasil a bordo do Kasato Maru (Yamashita, 2016: 49).

¹⁹ Segundo o Banco de Dados Digitalizados do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (Yamashita, 2016: 50).

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Conforme Saito (1980), o principal fato desse início de imigração fora seu caráter temporário. Pode-se dizer que os trabalhadores que aqui chegaram em 1908 tinham a intenção de trabalhar temporariamente para conseguir juntar dinheiro e retornar ao Japão, como decasséguis²⁰.

Alguns autores como Saito (1980), Nogueira (1984) e Motoyama (2011) nos asseguram que, após a chegada, muitos imigrantes se sentiram decepcionados, pois, imaginavam que a realidade seria diferente. Ao chegarem enfrentaram diversos problemas, dentre os principais, podemos citar alguns como a dificuldade com a língua, a alimentação deficiente, o trabalho pesado e o salário miserável. As propagandas feitas pelas empresas recrutadoras davam a entender que os trabalhadores enriqueceriam rapidamente no Brasil, fato este que foi rapidamente desmascarado pelos imigrantes.

Motoyama (2011) nos diz que houve vários conflitos entre imigrantes e fazendeiros e aconteceram várias fugas nesta primeira leva de pessoas. Também foi creditado como insucesso, a visão dos fazendeiros de que esses trabalhadores não eram agricultores; de que as famílias que aqui chegaram não serem verdadeiras, mas, sim, “compostas”, ou seja, arrançadas e de outras questões. Motoyama (2011) ainda observa que a partir da segunda leva de imigrantes que entraram no país a bordo do *Ryojun-Maru* em 1910, a experiência não foi tão desastrosa assim, pois algumas condições foram postas às companhias recrutadoras como, por exemplo, a contratação unicamente de pessoas com experiência na agricultura, a não formação de “famílias compostas”, a certificação das condições de trabalho nas fazendas antes da chegada dos colonos, entre outros requisitos.

Mesmo que a ideia de enriquecimento fácil não fosse verdadeira, os imigrantes continuavam a chegar ao Brasil e a partir de 1912 eles começavam a se espalhar em novas regiões do país como ao Norte do Paraná, linha Mogiana, entornos da cidade de São Paulo etc. Segundo Motoyama (2011), também nota-se nessa época o início de exercerem novos ofícios como de pedreiros, de carpinteiros e de começarem aos poucos adquirir suas próprias terras e a se organizarem em núcleos coloniais.

Superada a ideia de que enriqueceriam rápido, os imigrantes começaram a pôr em mente a conquista da prosperidade mediante a lavoura independente que eles próprios

²⁰ Os que deixam seus países de origem para trabalhar fora, juntar dinheiro e retornar.

comandariam. Nesta época também começam a surgir as primeiras colônias japonesas²¹, não significando ainda sua permanência definitiva no país, e a publicação de jornais em língua japonesa como podemos citar o primeiro deles, chamado *Nanbei* lançado em janeiro de 1910. Em agosto do mesmo ano, começavam as publicações do *Nippak Shinbun* (Jornal Nipo-Brasileiro) e, um ano depois, em agosto de 1917, foi lançado o *Burajiru Jihô* (Notícias do Brasil). (KIYOTANI, YAMASHIRO, 1992)

Neste período estava acontecendo a Primeira Guerra Mundial e o Japão inserido no contexto imperialista, era beneficiado pela guerra economicamente, principalmente por causa das exportações que realizava na época e pelo apoio de suprimentos bélicos à Rússia e à Grã-Bretanha (Motoyama, 2011). Mesmo com toda essa expansão econômica, a necessidade de emigração continuava, pois, segundo Motoyama, o desenvolvimento econômico beneficiava apenas alguns segmentos da sociedade, mantendo ainda muitos camponeses pobres no país.

Já o Brasil, nesse período da Primeira Grande Guerra, encontrava-se com seu principal produto em baixa e dessa forma o país fora obrigado a buscar outras formas de culturas agrícolas para balancear a situação. Podemos notar, entre outras culturas, o surto da lavoura algodoeira, por conta do crescimento da indústria têxtil. Também percebe-se o crescimento da cultura do arroz e com isso os japoneses resolveram cultivar fazendo-se valer de seus conhecimentos sobre a plantação de arroz. (MOTOYAMA, 2011)

Com a volta do *boom* do café nos anos de 1920, que esteve em franca crise desde 1896 por conta da superprodução, os imigrantes começavam a migrar para o Oeste para arrendamento de terras e exploração, tendo como facilidade o transporte oferecido pelas ferrovias que circundavam a região. No entanto, a fase boa do café novamente estagnou devido à queda da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929, causando um tremendo golpe aos japoneses que expandiram seus cafezais. (MOTOYAMA, 2011)

Como podemos observar, portanto, esses primeiros anos dos imigrantes japoneses no Brasil não foram nada fáceis devido a diversos fatores que acabaram mudando totalmente o rumo originalmente planejado pelos imigrantes. Mesmo sendo considerada um fracasso pelo governo paulista, como nos afirma Motoyama (2011), a imigração japonesa nesses anos iniciais trouxe alguns frutos, principalmente no que tange à colonização de terras, tornando-se proprietários e desenvolvendo as técnicas de agricultura.

²¹ Como eram conhecidas as comunidades japonesas à época.

1.2.1 A Perseguição Antijaponesa: O Contexto no Estado Novo (1937)

O Estado Novo (1937 a 1946) foi um regime autoritário implantado no Brasil através da força pelo ex-presidente Getúlio Vargas em novembro de 1937. Esse regime foi, resumidamente, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. Segundo Takeuchi (2016), o regime se caracterizava também pela tentativa de homogeneização da sociedade brasileira como um todo: homogeneidade política, social e ética/cultural.

Mas antes de tomarmos esse assunto, contextualizando a situação da presença japonesa no Brasil nesse período, é bom retornarmos um pouco no tempo para entendermos como começaram as restrições aos japoneses e asiáticos no contexto não apenas do Brasil, mas mundial.

Nogueira (1984) nos afirma que anos depois do início da imigração japonesa no Havaí, em 1869, houve vários conflitos entre os norte-americanos e japoneses, principalmente por questões trabalhistas de disputas e, com isso, foi decretado o fim da reemigração de japoneses do Havaí, Canadá e México para os Estados Unidos. Décadas depois, em 1908, foi estabelecido o acordo *Gentleman's Agreement* entre Japão e Estados Unidos o que restringiu ainda mais a ida de japoneses aos Estados Unidos.

Países da América do Sul e Central como Paraguai, Colômbia, Costa Rica, Guatemala etc, foram os primeiros a restringirem a entrada dos japoneses, como nos diz Nogueira (1984). Muitas dessas restrições são por conta do “perigo” e ameaça causados pelo sucesso do Japão nas guerras no Oriente, principalmente após a guerra russo-japonesa (1904-05).

No caso do Brasil, a primeira experiência com trabalhadores asiáticos foi com os chineses ainda no Império, em 1810, para trabalharem no cultivo de chá. Porém, segundo Nogueira (1984), não é exagero afirmar que a experiência não foi positiva. Até as negociações para a entrada dos japoneses serem concretizadas em 1907, houve uma série de discussões e decisões na esfera política brasileira que este trabalho não se atentará aos detalhes. Mas, resumidamente, podemos dizer que vários decretos e leis foram promulgados de forma contrária à imigração e também no campo sociológico da visão estereotipada de que o asiático em geral era inassimilável imperava nas discussões.

Meados do século XX, a elite brasileira estava preocupada com a formação racial do país. Para eles, todo o atraso do país se devia ao fato da “má formação da sociedade”. Com a eugenia em voga por toda a Europa desde o século XIX, foi um solo fértil para que as teorias

do darwinismo social fossem pautadas em praticamente todas as esferas da sociedade brasileira: esferas intelectuais, políticas e da ciência eram adeptas a ela. Como Takeuchi (2016) nos diz, as elites acreditavam que os asiáticos deveriam ser banidos da sociedade por serem, segundo eles, inassimiláveis, promoverem enquistamentos sociais, serem inferiores etc. Diante do crescimento da imigração japonesa entre os anos de 1920 até 1934 e a queda expressiva de imigrantes europeus - os desejados pela elite, para “branquear” o Brasil, os políticos começaram a criar leis e mecanismos para a restrição dos japoneses.

Segundo Sakurai (1995), com o movimento expansionista e ultranacionalista japonês iniciado no final do século XIX, vencendo a Rússia em 1905, anexando a península coreana em 1910 e, mais tarde, a Manchúria em 1931, causou mal estar no mundo, que interpretava essas ações como uma forma do Japão conquistar o mundo. Com isso, após 1920 a expressão “perigo amarelo” começou a ganhar força e muitos interpretavam a vinda de imigrantes japoneses como parte dessa estratégia de conquista. Essas discussões começaram a se acalorar na época das discussões da Constituinte de 1934, conforme Leão (1990: 92-93, *apud* Sakurai 1995: 135) cita o discurso do deputado constituinte Miguel Couto:

Não se trata porém, repito, de imigração: trata-se da própria existência nacional. Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil dentro em pouco será uma possessão japonesa. (...) Aqui será o Império do Sol Poente, como está decidido lá, entre a gente do Sol Levante.

Essa situação se agravava na década de 1930 após a grande crise capitalista implodida pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque um ano antes e após o Golpe de 1937 com a tomada do poder por Getúlio Vargas. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1982, *apud* Takeuchi: 2016: 338), o Brasil passara por uma fase fascista assim como outros países como Itália com Mussolini em 1923, Hitler na Alemanha em 1933, Portugal com Salazar a partir de 1920 e a Espanha com uma grande guerra civil de 1936 a 1939.

Takeuchi (2007), nos diz que a campanha xenófoba de Vargas contra os japoneses pode ser comprovada a partir do momento em que médicos, intelectuais e eugenistas contrários à imigração japonesa foram convidados à integrarem o Estado Novo. Com a concretização do Estado Novo em 1937, o governo Vargas baixou uma série de leis e decretos a fim de controlar as atividades de estrangeiros no país. Duas dessas medidas mudaram completamente o rumo dos imigrantes japoneses no Brasil: a proibição do ensino da língua japonesa nas escolas e o fechamento de jornais editados em língua japonesa.

Segundo Perazzo (2009), com a conflagração da Segunda Guerra Mundial, a situação dos japoneses piorou, pois as medidas restritivas já implantadas foram intensificadas em relação aos súditos de países inimigos. Os japoneses, alemães e italianos ficaram conhecidos como “súditos do Eixo” e começaram a sofrer atentados, tiveram suas propriedades confiscadas e outros enviados a “campos de concentração brasileiros”²². Com o Japão se rendendo em agosto de 1945, marcando o fim da guerra, houve vários distúrbios dentro da comunidade japonesa no Brasil, pois esta ficou dividida entre os que aceitaram a derrota do Japão, conhecidos como derrotistas e daqueles que não aceitavam a derrota, conhecidos como vitoristas. Sobre esse tema, não iremos nos atentar com detalhes²³.

1.3 Os Nikkeis na Sociedade Brasileira no Período Pós-Guerra (1945)

Após o caos instalado com o fim da guerra e com a quebra dentro da colônia, a situação em relação aos nipônicos no Brasil continuou, inicialmente, tensa. Essas manifestações de violência de grupos liderados pela *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) acabou aumentando a já conhecida reação negativa sobre os japoneses na sociedade brasileira. (TAKEUCHI, 2016). Com isso, a retomada de imigrantes japoneses após a guerra fora difícil.

O antijaponismo continuou forte nessa época, ainda com as mesmas desculpas de que o elemento japonês era inassimilável e, após as confusões geradas pelos movimentos vitoristas, que provocariam conflitos etc. Segundo Nakasumi e Yamashiro (1992), ao analisar o caso de São Paulo, a entrada de novos imigrantes também era vedada com a alegação de que o Estado já alcançara um considerável grau de desenvolvimento, não sendo mais necessária a entrada de novos imigrantes.

O Japão, por sua vez, encontrava-se destruído após a guerra e ainda sofria com a superpopulação e precisava escoar esse excesso de pessoas. Além do mais, teve que receber mais de 6 milhões de repatriados que estavam na Coreia, Taiwan, Manchúria, Sacalina do Sul

²² Para saber mais sobre o internamento de japoneses ver: Priscila Ferreira Perazzo, *Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitárias, 2009 e Priscila Ferreira Perazzo, *O confinamento de Acará: Japoneses na colônia de Tomé-Açu no Pará durante a Segunda Guerra Mundial*. In: Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

²³ Sobre o tema, o livro *Corações Sujos* de Fernando Moraes, obra que retrata o grupo *Shindo Renmei*, retrata muito bem a questão dos movimentos “vitoristas” e Rogério Dezem, *Hi-no-Marú manchado de sangue: a Shindo Renmei e o DEOPS/SP*. In: Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

e outros territórios ocupados antes e durante a Segunda Grande Guerra. (NAKASUMI e YAMASHIRO, 1992).

Porém, a reabertura da imigração foi se concretizando aos poucos depois da retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Japão em 1952. Somente em 1963, com o decreto n. 52.920 de 22 de novembro é que a imigração japonesa foi oficialmente reconhecida. Esses imigrantes foram colocados em núcleos coloniais federais e estaduais no interior do Brasil.

1.3.1 O Começo da Estabilidade: A Educação como Mudança de Imagem

“É conhecida a alta taxa de escolaridade desta colônia assim como os esforços que realizam para que seus descendentes alcancem níveis educacionais ainda mais altos. Se considerarmos apenas os maiores de dez anos existe entre eles apenas 1% de analfabetos sendo uma população quase rural (1972), podemos avaliar o quanto este grau de escolaridade é excepcional quando comparado ao da população nacional.”

Ruth Corrêa Leite Cardoso

Segundo Hirano (2016), o Japão já se preocupava com a educação desde o período Nara (710-794), com o príncipe *Shotoku* que foi influenciado pelo confucianismo. Ou seja, podemos concluir que não é apenas na Era Meiji que a ideia de interesse pela educação aconteceu. Mas, também, vemos que foi nessa época que a educação foi usada pelo governo como instrumento de doutrinação.

Para Motoyama (2011), com a Restauração Meiji (1868), o Japão definitivamente colocou a educação como um dos três principais pilares para abrir caminho para a modernização. Os novos líderes tinham a noção que somente com um sistema forte de educação a sociedade poderia se modernizar e, criaram, então, em 1871, o Ministério da Educação. Dessa forma, podemos concluir que desde a Restauração Meiji a educação foi um meio utilizado pelo governo para treinar cidadãos obedientes e confiáveis para os objetivos do Estado. Com isso, criou-se um sentimento de que os japoneses faziam parte da nação que era, na verdade, controlada pelas oligarquias conservadoras da época.

Após 1890, com a promulgação do Decreto Imperial sobre a Educação, é que a ideia de sacralização do imperador foi aumentada. Segundo Sasaki (2009: 27), a proposta desse decreto era “educar o povo japonês e torna-lo ‘súdito’ imbuído de lealdade ao imperador”. O pensamento imposto era que, além da lealdade ao imperador, os japoneses deviam dedicação filial aos pais, harmonia entre cônjuges, ou seja, o chamado “espírito japonês”. A educação e as escolas passaram a ser controladas diretamente pelo governo e a ser um lugar onde os japoneses aprenderiam a ter uma educação nacionalista e a venerar o imperador.

Ao entendermos um pouco sobre como foi a educação japonesa a partir da Restauração Meiji, podemos tentar elucidar como foi a questão da educação dos imigrantes japoneses no Brasil. Ao contrário de outros imigrantes, o japonês recebeu uma educação razoável. Os ex-samurais sabiam ler, escrever e calcular além das habilidades em artes marciais. Os próprios camponeses, apesar de toda miséria desde o período feudal, dedicavam educação aos seus filhos, contratando sempre que possível professores. (MOTOYAMA, 2011: 75).

A primeira coisa que os japoneses fizeram ao criar suas colônias foi estabelecer uma escola para a educação dos filhos. Como esses imigrantes tinham a intenção de retorno ao Japão, a educação dos filhos nos moldes japoneses era essencial, pois eles temiam que um dia, ao retornarem, seus filhos sofreriam por não ter aprendido a língua e a cultura japonesas. Motoyama (2011) diz que já na década de 1910, as primeiras escolas foram criadas pelas colônias para que o governo estadual disponibilizasse professores. Vale constatar que as escolas recebiam autorização do governo para que a língua portuguesa também fosse ensinada tanto para os filhos dos imigrantes como para outras etnias da comunidade local.

Com o estabelecimento do Estado Novo de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, as escolas mantidas por estrangeiros foram alvo de constante vigilância pelo poder do Estado. O governo paulista, por exemplo, criou em 1933 uma lei que regulamentava a educação de filhos de estrangeiros e, com essa lei, várias escolas japonesas foram fechadas, tornando impossível sua manutenção. Em 1938 o golpe ainda fora maior, pois todas as escolas de línguas estrangeiras foram fechadas. Com isso, os imigrantes passam a viver fortes repressões, significando o fim da vontade de educar os filhos como japoneses. Havia, porém, imigrantes que lutaram contra as repressões e não desistiam de dar aula a seus filhos. Como resultado, aconteciam muitas intervenções policiais nessas “ilegalidades”, principalmente por denúncias de brasileiros influenciados pelas ideias nacionalistas do Estado Novo (KIYOTANI e YAMASHIRO, 1992).

Dessa forma, podemos concluir que até o fim da Segunda Guerra Mundial os japoneses seguiam a “cartilha” do Decreto Imperial sobre a Educação. Após a derrota na guerra, os japoneses demoraram um pouco para assimilar a nova realidade, pois foram ensinados desde sempre sobre a invencibilidade do Japão. Com isso, alguns grupos que negavam a derrota do país na guerra causaram vários atentados contra seus “irmãos de pátria”. Mas, a realidade sempre bate à porta e esses movimentos foram cessando, inclusive muitos desses negacionistas da derrota, tiveram que pisar no Japão para aceitar a derrota do país.

Estando a situação do Japão muito difícil, os imigrantes foram deixando a intenção de retono de lado e criando laços definitivos com o Brasil. Segundo Nogueira (1984), pode se dizer que, após o fim da guerra, os planos começaram a mudar e os imigrantes iniciaram uma grande movimentação dentro do território brasileiro. Grande parte dessa movimentação foi para dentro do interior paulista visando a instalação em um lugar apropriado para a prática da agricultura e ganharem a estabilidade econômica. Neste contexto que os primeiros imigrantes e descendentes chegam a Mairinque²⁴.

Como resultado dessa estabilidade no pós-guerra, cresce também a escolaridade dos filhos de japoneses. O esforço para educar seus filhos é primordial para a obtenção da ascensão social e econômica. Conforme nos diz Miyao e Yamashiro (1992: 377):

Para o imigrante nipônico – cuja história é recente em comparação a de imigrantes europeus – proporcionar estudos de nível superior aos filhos para conseguir uma posição estável na sociedade brasileira era o caminho certo para sua própria estabilidade econômica. Para isso não poupavam sacrifícios nem trabalhos árduos.

Esses esforços provaram que eles estavam certos, pois hoje vemos a participação *nikkei* na sociedade brasileira com outros olhos e não mais com olhar de medo, de preconceito. Essas pessoas ocupam hoje posições estáveis na sociedade brasileira.

²⁴ Esse assunto será abordado no próximo capítulo

2 IMIGRAÇÃO JAPONESA EM MAIRINQUE

Neste capítulo pretende-se mostrar a participação nipônica na cidade de Mairinque/SP. Com isso, iniciamos a partir de 1948, data da chegada dos primeiros (i)migrantes na cidade, passando por seus históricos de vida na cidade.

2.1 Histórico e Formação da Cidade

O município de Mairinque localiza-se a 70 quilômetros a Oeste de São Paulo capital e sua população em 2017 era estimada em 46.567 pessoas (IBGE, 2017).

Mapa 1: Localização do município de Mairinque

Fonte: Wikipédia

Segundo Freire (2013, p. 3), “em meados do século XVII, no local onde se ergueu a cidade de São Roque e, posteriormente, a cidade de Mairinque, os cidadãos Pero Vaz de Barros e Padre Guilherme Pompeu, possuíam grande extensão de terras habitadas por índios”. A pouca distância de São Roque havia um sítio denominado “Sítio das Marmeleiras” e em volta da pequena e rude estação de trem erguida por Matheus Maylasky²⁵ em 1875, é que se formou o núcleo do que viria ser a cidade de Mairinque, que naquela época era habitada por operários da Estrada de Ferro Sorocabana e agricultores. Juntamente com a estação, Matheus Maylasky construiu uma pequena oficina de reparos de trens, coberta de zinco, e que só funcionava em casos de emergência.

²⁵ Um dos fundadores da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS).

Ainda de acordo com Freire (2013), o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink²⁶, quando já presidia a Companhia Sorocabana, vistoriando toda a rota da estrada de ferro, pressentiu que aquele seria o lugar ideal para funcionar como centro de ligação entre o mar, o interior do país e o Oeste do Estado de São Paulo. Tudo isso bem perto da capital paulista, de Santos e de Itu. Já existiam ali uma parada de trens, um pátio e uma oficina, tudo muito rudimentar. A topografia do lugar e a posição geográfica da estação exigiam melhorias. Dessa forma, o Conselheiro tomou providências e alargou o pátio. Os operários, muitos deles residentes em São Roque, os agricultores, e os índios dispersados pela região, moravam em locais simples, sem higiene e conforto. O Conselheiro construiu, então, uma vila no povoado, iniciando a construção de 100 pequenas casas iguais, inaugurando o conjunto em 27 de outubro de 1890. A vila possuía também duas biroschas, botica e uma pequena escola, a primeira em toda a região, criada ali para atender aos filhos dos trabalhadores da estrada de ferro.

Freire (2013) nos diz que era uma vila bem arrumada, erguida numa clareira da mata situada em uma velha fazenda de nome Canguera, palavra que em língua Tupi, significa “ossada”, razão pela qual se achava que ali existisse algum cemitério indígena. A fazenda Canguera teve vários donos, e entre eles, Manuel da Costa Nunes, o “Manduzinho”, antigo capataz, que escravizava índios e funcionava como uma espécie de “xerife” do local. Um dos últimos donos da fazenda foi Antônio da Silva Eugênio Bey, que viveu ali até 1880, ano em que o Conselheiro atingiu a direção da Sorocabana.

O local da primeira vila acabou ficando conhecido como “Manduzinho”, o apelido de seu proprietário. Mas como as 100 primeiras casas rapidamente tornaram-se insuficientes para o abrigo de tantos interessados que para cá vinham, Francisco de Paula Mayrink projetou outros núcleos habitacionais. Comprou mais 264 alqueires de terra e tratou de ampliar a vila. Na área da ferrovia, o Conselheiro realizou a ligação de Canguera para o mar e a incorporação da Estrada de Ferro Ituana. Como a vila fundada em 1890 era de caráter residencial, a placa da estação continuou estampando o nome de “Canguera”. Em fins de 1891 substituíram-na por “Manduzinho”, mas em 1892 já vigorava o nome de “Mayrink” em clara homenagem ao Conselheiro. Todavia, em 1897 foi repostado o nome de “Manduzinho”, porém no ano de 1900, volta em caráter definitivo o nome do Conselheiro para a vila. Dizem, inclusive, que houve no ato da volta da placa do fundador da vila, grandes festejos. (FREIRE, 2013).

²⁶ Presidente da Estrada de Ferro Sorocabana entre 1880 e 1893 e Fundador da Vila Mayrink.

Em 1904 elevou-se à categoria de Distrito Judicial. Em 1909 passou a Distrito de Paz, subordinada à cidade de São Roque. Com o rápido desenvolvimento da via férrea, novos operários eram admitidos em grande número. Esses trabalhadores vinham de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, tornando-se necessário resolver o problema de habitação. Nessa ocasião construíram-se alguns alojamentos mais confortáveis para as famílias dos empregados da Companhia. Construíram-se também um hotel, novas lojas e três quarteirões de casas, que constituem hoje, a zona central da cidade. (FREIRE, 2013).

Figura 3: Praça principal da cidade de Mairinque

Fonte: Site da Prefeitura

Começaram, simultaneamente, outros melhoramentos: farmácias, escolas reunidas, posto policial, açougue etc. Em consequência da construção dessas residências, do reservatório de água e esgoto, a Vila Mayrink mudou seu aspecto. Suas ruas ficaram mais bonitas, mais iluminadas (com gás acetileno que provinha de um gasômetro construído atrás do edifício sede da estrada de ferro) e com uma respeitável população urbana. Diziam que até 1958 alguns dos canos que conduziam o gás ainda estavam enterrados debaixo do calçamento. (FREIRE, 2013).

Em 07 de dezembro de 1958 foi realizado o plebiscito no qual o povo mairinquense foi consultado para decidir sobre a elevação do distrito à condição de Município. No dia 31 de dezembro de 1958, pela Lei nº 5.121, Mairinque desmembrou-se de São Roque e foi elevada à categoria de Município. Em outubro de 1959 foram realizadas as primeiras eleições municipais no novo município. (Prefeitura Municipal de Mairinque, 2016)

2.1.1 A Cidade que Nasceu com a Ferrovia

Figura 4: Estação Ferroviária de Mairinque. Tida como a primeira construção de concreto armado do Brasil

Fonte: Jornal O Cruzeiro do Sul

Segundo Silva (2013), a criação da Vila Ferroviária de Mairinque estava ligada aos interesses da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, erguida em meados de 1870. A referida companhia foi fundada por Luis Mateus Maylasky, ligado a Roberto Dias Baptista, um grande produtor de algodão da região de Sorocaba, que viu a oportunidade de expansão do comércio do algodão por meio do transporte férreo.

Em 1876, a Companhia passou por uma grave crise financeira, ocasionada pela crise do algodão, seguida da ameaça de retirada da concessão da linha para Ipanema. Em 1880, Luis Mateus Maylasky foi afastado da sua presidência e assumiu seu lugar Francisco de Paula Mayrink (Silva, 2013). De acordo com Ramos (2008, *apud* Silva: 59), esse presidente trouxe desenvolvimento para a Companhia, levando os trilhos até Tietê, obtendo a concessão imperial para construir um ramal férreo até Santos (1883) e realizando a fusão com a Companhia Ituana pela compra total de suas ações.

Para Ramos (2008, *apud* Silva: 59), após a fusão entre as duas companhias, finalmente pôde-se concretizar a ligação férrea entre elas. Mas, para isso, a então CIA União Sorocabana Ituana, teria que construir uma variante na altura do quilômetro 70, para unir as duas linhas e

construir uma estação no quilômetro 75. Para isso, segundo Ramos (2008), a Companhia adquiriu a Fazenda Canguera (1893), com propriedade de 264 alqueires que pertencia a Manuel Joaquim da Costa Nunes e não passava de um sítio solitário, cuja sua denominação se originava de uma palavra indígena que significa ossada, talvez porque ali existisse um antigo cemitério da tribo Guarany.

Ramos (2008) diz que a Vila foi um empreendimento de responsabilidade de Manoel Teixeira da Silva Cotta e Alberto Kuhlmann, que eram incorporadores da Companhia e tinham por intuito construir um conjunto de 100 pequenas casas que seriam alugadas aos empregados enviados pela Companhia para construir o pátio de manobras, as oficinas e a estação. Com relação à constituição da Vila de Mairinque pela Sorocabana, de acordo com o Jornal Estado de São Paulo (1890 *apud* Soukef, 2001: 72), “com um capital de cinco mil contos de réis e, tendo já adquirido grande quantidade de terrenos, a nova empresa propõe construir uma vila para operários em lugar salubre e com todas as comodidades, adaptadas à economia das classes menos favorecidas”.

Para Dias (1994), já no nascimento da vila é possível perceber que esta é perpassada pela modernidade, pois já era uma vila operária em 1890, se instalou como uma prótese no meio de uma floresta e foi um empreendimento capitalista. O engenheiro Kuhlmann se preocupou ainda com o projeto urbanístico da vila, “[...] dotando o futuro núcleo com equipamentos e serviços pouco usuais na maioria das cidades tradicionais da época, tais como, abastecimento de água, esgoto e iluminação”. (SOUKEF, 2001, p. 72). Dias (1994) complementa dizendo que as ruas também eram bem afastadas, mesmo sem ter um carro sequer até a década anterior.

Para atender ao tráfego devido à fusão com a Ituana, foi aberta a estação de Mayrink em 1897, feita de modo provisório de trilhos e madeira com duas plataformas de 400 m, com caixa d’ água, além de triângulo de reversão “também provisório”. Nesta condição “provisória” ficou até a construção da outra em 1906 (COMPANHIA SOROCABANA... 1897, p. 70). Em 1902 a Companhia passou por uma grave crise financeira gerada pelos sucessivos empréstimos feitos pela ferrovia para prolongar suas linhas. Por consequência disso, foi levada a leilão em 1904 e adquirida, no ano seguinte, pelo governo do Estado. Isso explica porque um prédio tão importante com a estação de Mayrink permaneceu com características tão simples por tanto tempo (RAMOS, 2008; CONDEPHAAT, 2010).

Segundo Ramos (2008), durante esses anos (1902-07) de responsabilidade do poder público, a Sorocabana foi administrada por Casemiro Costa no primeiro ano e depois por Alfredo Eugênio de Almeida Maia que desempenhou um importante papel para o surgimento

da nova estação e o desenvolvimento da “Vila Mayrink”. De acordo com Soukef (2001), foi a partir de 1904 que a Vila melhorou e deram-se suas feições definitivas. Entre seus novos atributos urbanísticos, Soukef (2001) cita, as ruas de traçado ortogonal que foram abertas e as residências de alvenaria construídas. Além dos duzentos prédios de moradia, seções de fundição de ferro e bronze, oficinas centrais da estrada, teatro, cadeia, escola, cartório e a estação, que também foi construída nesse período.

2.2 A Imigração e a Presença Japonesa em Mairinque

Figura 5: Pedra do Jardim Japonês Sadami Hirakawa

Fonte: Site da Prefeitura

Conforme visto diversas vezes, o início da imigração japonesa no Brasil se deu, oficialmente, em 1908 com a chegada do navio *Kasato Maru* ao porto de Santos trazendo consigo aproximadamente 780 imigrantes. Após isso, a maioria dos imigrantes foi transferida para as fazendas de café onde começaram suas vidas em terras brasileiras. (NOGUEIRA, 1984), (MOTOYAMA, 2011), (TAKEUCHI, 2010).

Passados exatos 40 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil é que a imigração japonesa começa oficialmente em Mairinque com a chegada das primeiras famílias no bairro Setúbal em 1948, apesar de haver registros de presença nipônica na cidade no ano de 1939 com a vinda de uma família chamada Tomo aos redores da antiga Fazenda

Gância, onde atualmente se localizam os bairros Oriental e Setúbal, os bairros japoneses da cidade.

Segundo Freire (2013), após um longo período dependendo economicamente apenas da ferrovia, no final da década de 1940, Mairinque retomou seu crescimento econômico baseado em outro tipo de atividade, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, que introduziram a agricultura na cidade, cultivando hortaliças, frutas e tornando-se conhecida pela produção de pêssegos.

Muitos dos nipônicos que chegaram em Mairinque eram *nisseis* de várias regiões do Estado de São Paulo e, em sua grande maioria, lavradores que passaram a trabalhar nas terras da antiga Fazenda Gância. Muitos deles tomaram conhecimento da cidade como um lugar promissor e bom para se trabalhar. Em 1948 chegaram à cidade, segundo Freire (2013), as famílias Kiokawa, Maeda e Tanioka, considerados como os pioneiros. Assim como seus pais, os primeiros imigrantes que chegaram, tomaram conhecimento da cidade como sendo uma terra promissora e boa para se trabalhar e se desenvolver economicamente.

Figura 6: Trabalhores japoneses na antiga Fazenda Gância em 1948

Fonte: Folha de Mayrink (1998)

Conforme Cardoso :

(...) a vida rural não deixou de interessar os japoneses depois de se libertarem da condição de colonos. O grande esforço que realizaram para adquirir independência econômica não os leva diretamente à cidade, mas, sim, a outra situação de trabalho, ainda na agricultura. (Cardoso, 1998: 54)

Ou seja, os imigrantes após alguns anos de trabalho nas lavouras foram acumulando certo capital e ganhando a independência econômica e adquiriram terras como parcerias e depois como proprietários. A maioria dos nipônicos que chegaram a Mairinque estão inseridos nesse caso.

Conforme as primeira famílias iam chegando à cidade, foram se estabelecendo no bairro Setúbal e a colônia japonesa foi se formando. Conforme Kiyotani e Yamashiro (1992), essa colônia não deve ser confundida com as colônias das fazendas em que trabalhavam ou com as colônias de comunidades estrangeiras estabelecidas no Brasil.

Figura 7: Foto tirada no sítio de Nobuo Tanioka em 1953 no bairro Setúbal

Fonte: Folha de Mayrink

Foi levantada a presença dos (i)migrantes japoneses e descendentes em Mairinque, assim como as atividades que exerceram, através de entrevistas, jornais locais etc.

Entre a grande maioria dos japoneses que chegaram a Mairinque, pelo menos um deles foi salvo do ataque nuclear a Hiroshima em 1945. Foi o caso de Paulo Takeda que nasceu em Hiroshima, arrasada por uma bomba atômica lançada pelos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial. A mesma sorte não teve o restante de seus parentes, alguns tios e primos que moravam a cerca de 4 quilômetros daquela cidade, pereceram.

Paulo veio ainda garoto com seus pais e viveu algum tempo em Marília, onde trabalhava com bicho da seda, algodão etc. Foi lá que em certa ocasião foi preso pela polícia

brasileira, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, juntamente com um grupo de japoneses quando voltavam da escola à noite. Ainda em voga as restrições do Estado Novo, eles foram presos por estarem em grupo e carregando livros em língua japonesa. Sobre o ocorrido um de seus filhos diz:

Foi um sufoco, né? Pois carregavam livros que foram confiscados pela polícia e ele amargou 10 dias preso, por conta de uma guerra que já havia acabado.

Em 1948 quando completara 18 anos veio para Mairinque com a família, já que ouvira dizer que o local era apropriado para trabalhar e se viver. Vieram trabalhar na lavoura em um sítio em Setúbal. Alguns anos depois deslocou-se ao centro da cidade onde se dedicou ao comércio.

A família Tanioka também está entre os pioneiros a chegarem em Mairinque em 1948. Nobuo Tanioka tinha 22 anos quando chegou com seu pai, o imigrante japonês Shintaro Tanioka, vindos de Lins, onde nasceu em 1926. Quando tinha 25 anos casou-se com Yuriko Nagano que havia vindo para Mairinque em 1951, de Getulina/SP, com quem teve 3 filhos. Com uma propriedade razoavelmente grande no bairro Setúbal com aproximadamente 40 alqueires, a família dedica-se a plantação de eucaliptos em 7 alqueires de terreno, sendo o restante ocupado por tanques e pelas plantações de verduras, que são fornecidas ao Ceasa.

Tadashi Tamaki nasceu em Fukushima e veio para o Brasil em 1934 indo morar em Paraguaçu Paulista/SP, trabalhando por dois anos em fazendas de café e, posteriormente, ao cultivo de algodão e bicho da seda. Em 1941 mudou-se para Campos do Jordão/SP, trabalhando em lavoura mista. Em 1946 veio para Mairinque, dedicando-se ao cultivo de hortaliças, pêssego e uva. Entre 1960 e 1975 foi considerado o melhor produtor de uva de mesa da região. Atualmente sua família se dedica ao cultivo de flores.

Com relação à religião, as famílias nipônicas da cidade dizem que os japoneses mantiveram a tradição da *Seichô-no-iê*, mas muitos dos descendentes passaram também a praticar o catolicismo concomitantemente e, hoje em dia, o protestantismo. Quanto aos casamentos da colônia, dizem que ainda tentam “arranjar” casamentos entre a mesma etnia, mas quando o amor fala mais alto, deixa-se a tradição de lado, sem problemas.

Após cinco anos da chegada dos primeiros *nikkeis*, mais de 20 famílias instalaram-se na cidade. Hoje vivem cerca de 235 famílias *nikkeis*, totalizando cerca de 907 pessoas aproximadamente, ou seja, 1,96% da população da cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE

MAIRINQUE, 2016). Suas principais atividades estão na agricultura, no comércio e em outras atividades, além de estarem bem posicionados em empresas privadas da cidade e região.

2.2.1 As Associações Japonesas da Cidade

As comunidades japonesas em seus primórdios se organizavam basicamente em três formas: 1) formavam agrupamentos de imigrantes denominados de *colônia* 2) construíam escolas quando não havia escola brasileira no local e solicitavam ao governo professores e 3) as associações japonesas (*nihonjin-kai* 日本人一会).

O objetivo principal das associações japonesas era a “promoção da confraternização e cooperação entre os associados e enfrentar problemas comuns pela união de forças”. (Kiyotani e Yamashiro, 1992: 99). Eram as associações de moradores, dos jovens, dos velhos, das cooperativas agrícolas, dos esportistas etc.

Handa demonstra a importância das associações à comunidade japonesa:

Quando três japoneses se reúnem, fundam uma associação. Como o núcleo de colonização não constituía ajuntamento só de conhecidos e amigos, a primeira ideia que surgia era da necessidade de confraternização. E confraternização não era outra coisa que o comer e beber dos chefes de família. Ou então, a importância de todos se dedicarem irmanados em prol do “desenvolvimento e progresso do núcleo”. (Handa, 1987: 282).

Antes de surgir a entidade como é conhecida hoje em Mairinque, existiam várias associações de japoneses, uma em cada bairro em que viviam. Só depois de algum tempo é que houve um esforço para que apenas uma entidade centralizasse a representatividade e as atividades da comunidade, surgindo, então, a Associação Cultural de Mairinque (ACM) em 1978. (Jornal Folha de Mayrink, 1998).

Figura 8: Foto tirada em 1984 em frente à Associação Cultural de Mairinque

Fonte: Folha de Mayrink, 1998

A sede da entidade passou a ser no mesmo local em que funcionava a anterior, chamada de Associação Agrícola, Recreativa e Esportiva Setúbal que, em 10 de julho de 1966, plantou à sua entrada, uma pedra fundamental na qual se presta uma homenagem a Shintaro Tanioka e Kantoshi Akatsuka, que foram os beneméritos doadores da gleba de terreno onde se instalou a Associação.

Dentro das atividades antigas, uma que era muito bem recebida era a projeção de filmes japoneses autênticos, os quais eram apresentados na residência de Nobuo Tanioka. Só que, como eram mudos, a colônia pagava para ir a equipe de apresentação, o que, além de incluir o equipamento de projeção e o filme, evidentemente, ainda incluía um apresentador japonês que narrava o filme para os espectadores. Outras atividades ainda são realizadas como a Noite Japonesa, Festa das Cerejeiras em julho, Feira Gastronômica e as últimas notícias esportivas da associação são publicadas semanalmente no jornal Foha de Mayrink.

Figura 9: Cartaz do evento Noite Japonesa. Edição 2014

Fonte: Folha de Mayrink

Já naquela época, no início dos anos 1950, o baseball já era praticado em um campo provisório. Hoje, além do baseball, existe o gateball, com a organização de campeonatos sempre muito disputados. Outra atração muito popular era a organização de gincanas, nas quais todos participavam com muito entusiasmo.

Figura 10: Equipe de Baseball em foto de 1985

Fonte: Folha de Mayrink

A Associação com suas atividades constantes tenta manter e divulgar as tradições nipônicas, apesar de, principalmente os *nisseis* alegarem que os *sanseis* e *yonseis* não mais se importam muito com as tradições dos seus antepassados. O intercâmbio com a cidade-irmã Mitsuke é constante, através do envio e recebimento de jornais e correspondências em geral. A cada dois anos se empreendem as viagens das comitivas ao Japão, bem como a recepção aos japoneses em Mairinque. Muito organizada, a Associação envia sempre no início do ano a sua programação para conhecimento de toda comunidade.

2.2.2 Cultura Emanada pelos Japoneses: A Festa do Pêssego

Figura 11: FEPEMA. Local onde era realizada a Festa do Pêssego
Fonte: Revista Mairinque 94 anos

Segundo Freire (2013), o início da cultura de pêsego em Mairinque data aproximadamente de 1948, quando José Maria Whitaker, um advogado que foi por duas vezes Ministro da Fazenda, Presidente e Secretário Estadual da Fazenda do Estado de São Paulo comprou uma muda de pêsego, numa feira de Istambul (Turquia), trazendo-a para a Fazenda Santa Amélia que era de sua propriedade. A muda cresceu, aceitou o solo e o clima mairinquense, produzindo bons frutos, gerando novas mudas, árvores e pomares. Chegaram novas variedades da China, EUA e Japão, evoluindo de ano para ano. Nessa época iniciavam suas atividades no Bairro Setúbal, as primeiras famílias japonesas como Muminatsu, Kiokawa, Shintaro, Tamoka, Toshiaki, Maeda, Massaiti Nagano, Shuti Kagi e, no Bairro Oriental, a família Sadaichi Koga. Por volta de 1953, foi despertado maior interesse da nova colônia em plantar pêsegos, visto os bons resultados obtidos pelos plantadores primitivos.

Figura 12: Vencedoras do concurso Rainha da FEPEMA
Fonte: Revista Mairinque 94 anos

Dessa maneira, com as novas famílias: Sadami Hirakawa e Ichiro Inuma, no Bairro Setúbal e Tamaki no Bairro Monjolinho, o plantio de *Prunus Persica*, desenvolveu-se rapidamente. As primeiras plantações de pêssego foram realizadas com as variedades: "Branco Duro", "Suber" e "Rei de conserva". (FREIRE, 2013).

A ideia da Festa do Pêssego foi de Sadami Hirakawa, segundo Freire (2013) e em 1962, o prefeito da época, Arganauto Ortolani, estimulado pela qualidade e quantidade dos pêssegos de Mairinque, tomou a iniciativa de realizar a 1ª Festa do Pêssego, mas devido a não aprovação pela Câmara de Vereadores, tal projeto não pôde ser concretizado. Mas no ano de 1964, a 1ª Festa do Pêssego em Mairinque é realizada tendo à frente o prefeito João Chesini com o auxílio dos festeiros de São José, da Companhia Brasileira de Alumínio e especialmente os plantadores de pêssegos do município. O presidente nomeado foi o Sr. Jonas Budreckas e a realização da festa foi numa área reservada para a praça pública na Vila Sorocabana. Foram presidentes das 14 festas anteriores: 1964 - Jonas Budreckas; 1967 - Sadami Hirakawa; 1968 - Comissão central composta por: Sadami Hirakawa, Yosimori Haga, Arganauto Ortolani, Kazuyo Nishiyama, Higuero Okamoto, Antonio Okamoto e Mutsuo Tamaki; 1969 - Geraldo Pinto do Amaral; 1970 - João Chesini; 1971 - Eichii Kayama; 1972 - Mitsuo Ternura; 1974 - Arganauto Ortolani.

O período de realização da Festa do Pêssego dava-se em fins de novembro e começo de dezembro, com a promoção da Prefeitura Municipal de Mairinque, Secretaria da Agricultura e Produtores. Os objetivos eram: promover o pêssego de Mairinque na condição de melhor pêssego do Brasil, promover o turismo no Município e estimular os produtores agrícolas. (MAIRINQUE, 2016).

O ator são-roquense Juca de Oliveira colaborou de forma significativa com a divulgação da festa, convidando os mais famosos atores da extinta TV Tupi que vinham à cidade em caravanas, atraindo muitas pessoas para vê-los. Através de um diretor do canal que tinha sítio na cidade, conseguiram espaço para divulgar a festa em vários programas de auditório, entre eles, da TV Record, além da apresentadora Hebe Camargo ter experimentado o fruto e ajudado na divulgação. Quem visitava a festa sempre se admirava com um belo jardim japonês no galpão de exposições de frutas.

Figura 13: FEPEMA 1972

Fonte: Dado Zoppa

Freire (2013) afirma que, infelizmente entre os anos de 1980 e 1985 a produção de pêssegos tornou-se inviável devido à produção da região Sul do Brasil. Nos primeiros anos da festa o pêssego era novidade, mas hoje em dia podemos encontrá-lo praticamente o ano todo e isso levou o fim da festa, pois todos os produtores desistiram do cultivo, principalmente pela concorrência com o sul do país que era muito forte. Segundo a população *nikkei* da cidade, os produtores que vendiam pêssego no CEASA diziam que muitos atacadistas que compravam o fruto chegavam a pagar mais caro quando sabiam que o produto era de Mairinque.

As Festas do Pêssego sempre foram motivo de orgulho para a comunidade *nikkei* e para a população mairinquense: os seus desfiles, a rainha da FEPEMA, os carros alegóricos e a comunidade prestigiando.

2.2.3 O Tratado de Cidade-Irmã com Mitsuke e as Relações com a Japão

Mapa 2: Mitsuke (見附市) localizada na província de Niigata (新潟県)
Fonte: Wikipedia

Cidade irmã é um conceito que tem como objetivo a implementação de relações e mecanismos que permitam o intercâmbio de experiências e conhecimento em nível econômico, social e cultural, através dos quais cidades estabelecem laços de cooperação. Inicialmente esses acordos tinham como principal objetivo selar a paz e promover a reconciliação entre países que se posicionaram em lados opostos durante a guerra. Porém, com o passar dos anos, os acordos passaram também a incentivar o comércio e o turismo, além de promover um intercâmbio cultural entre eles. Através desses acordos de geminação, muitos projetos interculturais entre as cidades são realizados, promovendo a troca de conhecimentos e experiências, estabelecendo laços mais estreitos e fomentando a cooperação, solidariedade e compreensão internacional entre os cidadãos dos municípios que possuem a co-irmandade.

Em dezembro de 1972, acatando a ideia e intermediação do Sr. Kondo, Diretor da Kondotex do Brasil Confecções, empresa então recém-instalada em Mairinque, o prefeito da época, Arganauto Ortolani faz a proposta do convênio nos moldes de cidades-irmãs ao Prefeito de Mitsuke e o convida a fazer uma visita a Mairinque. O objetivo do tratado era estreitar os relacionamentos cultural e comercial entre as duas cidades e em agosto de 1973 o convênio cidades-irmãs Mitsuke-Mairinque é aprovado pelas Câmaras Municipais de Mitsuke e Mairinque (lei nº 564/73) e, no dia 07 de setembro de 1973, assinam o convênio em Mitsuke o Presidente da Câmara Municipal de Mairinque, Waldemar Pereira, os vereadores Sadami Hirakawa e José Netto Prado. (MAIRINQUE, 2016).

Figura 14: Assinatura do convênio cidade-irmã no Japão em 1973

Fonte: Jornal Folha de Mayrink (1998)

Por ocasião das comemorações do 70º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil, em 1978, integrando uma delegação da Província de Niigata, visitam Mairinque o Diretor Administrativo da Prefeitura, Inuzuka e o Presidente da Câmara Municipal de Mitsuke, Harasawa. Comemorava-se o 5º Aniversário do convênio cidades-irmãs.

Em maio de 1984 a cidade de Mitsuke recebe a visita do Prefeito de Mairinque, José Luiz Bellini e do Presidente da Câmara Municipal, Geraldo Xavier de Lima, acompanhados de membros da sociedade civil de Mairinque.

Em outubro de 1990, uma delegação de vinte cidadãos de Mitsuke visita a cidade de Mairinque, sob a chefia do Presidente Ebe da Câmara Municipal de Mitsuke, acomodando-se nas residências de famílias em Mairinque a fim de conhecer um pouco as famílias mairinquenses e suas rotinas. Na ocasião, comemorava-se o centenário da fundação de Mairinque.

Em outubro de 1992, o Prefeito de Mairinque, Antônio Alexandre Gemente faz uma visita a Mitsuke em retribuição à visita da delegação daquela cidade, com um grupo de mais quatro cidadãos mairinquenses.

Em novembro de 1993 a cidade de Mairinque recebe a delegação de Mitsuke Futebol Clube, acomodando-os em *homestay*²⁷. A delegação constituída de jogadores de futebol, tendo participado de um torneio internacional, envolvendo também a seleção juvenil de

²⁷ É uma forma popular de hospitalidade e hospedagem em que os visitantes ficam em uma casa ou apartamento da cidade para qual eles estão viajando.

Mairinque, a equipe de futebol dos servidores municipais de Mairinque e a equipe de futebol da cidade de Cañete, cidade irmã de Mairinque no Chile.

Em setembro de 1994, o jornalista brasileiro Ângelo Ishii visita Mairinque trazendo uma mensagem do prefeito Uchiyama ao prefeito Bellini e um convite da Associação Brasil-Japão de Mitsuke para os jovens de Mairinque que visitem Mitsuke em 1995, por ocasião das comemorações do centenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, promovidas pela referida Associação e Prefeitura de Mitsuke.

De 9 a 19 de setembro 1995 uma comitiva mairinquense, liderada pelo prefeito José Luiz Bellini, composta pelo presidente da Câmara José Matinaga e o Vereador José Roberto Riskallah e mais nove civis, visita Mitsuke, em intercâmbio social e cultural.

Figura 15: José Matinaga em Mitsuke em 1995

Fonte: Folha de Mayrink

Em 1996 a cidade de Mairinque recebe uma comitiva liderada pelo vice-prefeito Noboru Yamaguti de Mitsuke, constituída de presidente e vice-presidente da Câmara, cinco vereadores, servidores públicos e membros da sociedade civil, acomodando-se em *homestay*.

Em abril de 2005, Maria Lúcia H. Matinaga visita Mitsuke em uma missão de entregar ao Prefeito Kusumi Tokio doação arrecadada em Mairinque, durante a campanha de solidariedade e ajuda aos irmãos vítimas do terremoto ocorrido em outubro de 2004, naquela região.

Em 2010, Sadayuki Hirakawa, Amélia M. Hirakawa e Sandra Akatsuka Hirakawa visitam Mitsuke levando mensagem do prefeito Dennys Veneri de retomada das relações de cidades-irmãs.

Em junho de 2012 uma delegação de Mairinque, formada por 8 integrantes, sendo 6 servidores públicos da prefeitura, Major Nyakas da Defesa Civil do Estado de São Paulo e Kioshi Hirakawa representando a Associação Cultural de Mairinque, viaja a Mitsuke para receber treinamento de Defesa Civil através do projeto da JICA (Japan Internacional Cooperation Agency) sobre Prevenção e Combate à Desastres Naturais, com a liderança e coordenação de Osvaldo Natale Vieira da Defesa Civil de Mairinque.

Em 2013, liderada pelo Prefeito Kusumi Tokio a delegação de Mitsuke, formada pelo presidente da câmara Kusumi Yuichi, vice-presidente da câmara Kobayashi Nobukazu, vereadora e vice-presidente da Associação Internacional de Mitsuke Sasaki Shizuko, vereadores Koizumi Masaru e Inoue Keisuke, 5 servidores públicos e 3 voluntários vêm para Mairinque em comemoração ao 123º aniversário de Mairinque e ao 40º aniversário de cidades-irmãs Mairinque-Mitsuke e em cumprimento ao projeto da JICA, no seminário *Mayrink Bousai 2013: Workshop Internacional sobre Prevenção de Desastres Naturais*. O evento tem o objetivo de capacitar servidores públicos e membros da sociedade civil visando destacar uma “cidade resiliente” com a redução de danos em desastres naturais embasados no *know-how* do governo do Japão. Em junho de 2014 os resultados dessa parceria foram transformados em lei no Município.

Mairinque e Mitsuke vêm reforçando profundos e antigos laços de amizade com participação de seus povos. A comunidade *nikkei* de Mairinque é uma das responsáveis pela manutenção e desenvolvimento desse relacionamento, com visitas informais e voluntárias de várias pessoas ao longo desses anos (Testsuo Akatsuka, Momoe Hirakawa, Fudio Hirakawa, Mariko Hirakawa e outros), registrando também, a fixação de residência com formação da família de uma mairinquense, Evalda Lellis Ito Matsuzaki, na cidade de Mitsuke.

3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo, pretende-se mostrar como fora a inserção dos primeiros políticos de origem japonesa no cenário político brasileiro após a redemocratização do país em 1945. Também será mostrado como fora a participação e a trajetória dos japoneses na política da cidade de Mairinque/SP.

3.1 Os Primeiros Políticos de Origem Japonesa no Brasil

Segundo Fausto (1995), nos movimentos migratórios no Brasil entre 1880-1930, os estrangeiros se interessavam apenas por questões materiais e econômicas, ficando mais distante o campo da política e a administração do Estado, ficando em mãos dos nacionais. Além do mais, ainda segundo Fausto, havia a problemática do não conhecimento da língua portuguesa, pouca instrução e questões de ordem legais. Fausto (1995) e Sakurai (1995) também nos apresentam duas hipóteses interessantes, a primeira de que os imigrantes adentram ao cenário político sem apoio de colônias, demonstrando, assim, uma inserção da etnia na sociedade brasileira. Os italianos são percebidos nesse caso. Por fim, a segunda hipótese que mostra nitidamente a inserção do imigrante apoiado por sua colônia étnica, representado-a. Os imigrantes japoneses estão inseridos nessa segunda hipótese.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial os imigrantes japoneses passaram a viver definitivamente no Brasil e, com isso, foram educados para ocuparem as mais diversas profissões e ocupações na sociedade brasileira e a inserção no campo da política aconteceria uma hora ou outra. Após a redemocratização do país em 1945, os descendentes de japoneses, sírios, libaneses, judeus viram a oportunidade para serem representados e representarem juntos aos círculos de poder. (SAKURAI, 1995)

Ainda segundo Sakurai (1995), os japoneses, recém saídos da guerra como derrotados e decididos a permanecerem no Brasil, precisavam limpar a imagem que a sociedade tinha deles e a participação na política fazia parte de uma estratégia para conseguir tal objetivo. Dessa forma, os primeiros políticos de origem japonesa representaram a ideia de passar à sociedade brasileira que estavam dispostos a apagar a imagem de não-assimiláveis. Participando da política, era o modo de transmitir o desejo de integrar-se definitivamente na vida do País.

Segundo Taniguti (2015), a partir da década de 1930 os *nisseis* passaram a contestar a posição de reconhecimento e visibilidade da etnia perante à sociedade brasileira. O mesmo

autor ainda nos diz que esses primeiros políticos de origem japonesa eram altamente escolarizados, muitos vindos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a Faculdade de Medicina da USP, esses jovens estudantes passaram a formular ideias para sua aceitação e inserção na sociedade. Para a criação desses mecanismos, ainda segundo Taniguti, foram criadas iniciativas como a Liga Estudantina Nipo-Brasileira (1934) e a publicação dos periódicos *Gakusei* (1935) e *Transição* (1939), esta última contava com a participação de Yukishigue Tamura.

Em 1945, após o fim do Estado Novo, os filhos de imigrantes tiveram a oportunidade de concorrerem a cargos públicos. Em 1947, pela primeira vez em 11 anos os municípios podiam realizar suas eleições e neste ano os *nisseis*²⁸ se candidataram. Um desses pioneiros, Yukishigue Tamura, conseguiu 1.436 votos para o cargo de vereador em São Paulo, garantindo, assim, a suplência. No dia 31 de dezembro de 1947, um dia antes da posse, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), anunciou a cassação de 15 vereadores comunistas do Partido Social Trabalhista (PST) e também do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com essa decisão autoritária²⁹, o primeiro político de origem japonesa foi eleito para um cargo público fora do Japão.

Figura 16: Yukishigue Tamura – o primeiro político de origem japonesa

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo

O ineditismo da sua candidatura chegou a causar certo espanto na população, pois a visão que a maioria tinha era ainda de um Japão envolvido em guerras e ultranacionalista. Segundo Sakurai (1995), a resistência aos japoneses por alguns grupos tradicionais ocorreu. Em entrevista à Sakurai (1995: 10), Tamura relatou ter ouvido frases como: “Japonês quer agora tomar conta do Brasil”.

²⁸ Filhos de imigrantes japoneses.

²⁹ O TSE cedia ao medo do “perigo vermelho” em voga durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Como vereador, Yukishigue destacou-se por liderar a campanha contra o confisco dos bens dos imigrantes durante a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, em 1951 o Estado devolveu os bens aos donos. Ao final do mandato como vereador ainda foi eleito como deputado estadual, em seguida, deputado federal por 4 vezes seguidas.

Em suas carreiras na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), os nipônicos estiveram a frente na criação de projetos e leis no âmbito da agricultura, como, por exemplo, na isenção de tarifas e subsídios aos pequenos produtores rurais, além de parcerias com o capital estrangeiro japonês (DIAS *et al*, 2008). Com isso, cooperativas de japoneses como a Cooperativa Agrícola de Cotia, passaram a ganhar notoriedade no cenário empresarial agrícola brasileiro.

3.1.1 A Participação Política em Mairinque e Históricos de Vida

Mairinque até 1957 pertenceu ao município de São Roque, conquistando a sua emancipação em 1958.

Segundo o depoimento do primeiro prefeito da cidade, Arganauto Ortolani, publicado no jornal *MK Cidade* em 1982, Mairinque era uma vila bem modesta e estagnada por causa da sua situação singular de ser considerada uma vila ferroviária e como tal, as políticas públicas para colocação de sarjetas, serviços de água e esgoto eram feito pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. São Roque, no entanto, cobrava os impostos predial, territorial e de indústrias.

Com a inserção dos japoneses em 1948, a cidade inaugura sua economia agrícola e começa a crescer. Com isso, os problemas públicos começaram a aumentar e a prefeitura de São Roque não tomava para si a responsabilidade, estando os moradores cada vez mais insatisfeitos.

No entanto, em 1950 as ideias emancipadoras começaram a surgir com a fundação da primeira Comissão de Emancipação que foi presidida, segundo Freire (2013), pelo cidadão Victorio Villiotti com a participação de outros moradores da Vila como Gastão Bussamara, Maurílio Pereira Araújo, João Chesine, Arganauto Ortolani entre outros. Na Assembleia Legislativa do Estado, Mairinque contava com o apoio do Deputado Estadual Castro Carvalho.

Após alguns anos de tentativas de emancipação com algumas derrotas na ALESP, finalmente em 1958 o município foi criado com a aprovação do projeto de lei n. 5121 de 31 de dezembro, na gestão do então governador Jânio Quadros.

No ano de 1959 aconteceu a primeira eleição para os cargos do executivo e legislativo e em 1960 tomaram posse os primeiros vereadores e o prefeito da cidade, já com um representante *nikkei* como vereador, o senhor Moriki Taka que fora eleito como suplente, porém, tomou posse substituindo outro vereador. De 1960 até os dias atuais a cidade já teve 14 legislaturas, sendo 9 delas com a participação de ao menos um político *nikkei*.

Para a realização desta seção foram utilizadas para a obtenção dos dados, fontes orais de familiares e amigos de membros da comunidade nipônica da cidade, também dos entrevistados e de informações públicas no *site* da Câmara Municipal de Mairinque.

Vereadores na 1ª Legislatura 1960-1963: Abel Souto, Antônio César Netto, Ataliba da Silva, João Chesine, João Lucas Ferreira, Ataliba da Silva, Luiz Zapparoli, Orlando Silva, Raul Cavalheiro, Severino Simões Almeida, Waldemar Pereira, Alcides Bianco, Milton Lopes, **Moriki Taka**, Olivardo Ventura de Campos, Benedito Romualdo Queiróz e Edu Porto Mendes.

Figura 17: Moriki Taka
Fonte: Câmara Municipal de Mairinque

Moriki Taka era natural de Lins/SP, nascido em 1927. Chegou em Mairinque na década de 1940 juntamente com seu irmão Yoshio Taka. Residiu no bairro Setúbal e se dedicou à agricultura, sendo eleito suplente ao cargo de vereador na primeira legislatura da cidade em 1959 com os votos da colônia japonesa. Tomou posse ao cargo regular a partir de 1960 por um curto período de tempo, não tendo, portanto, qualquer destaque político. Nos anos 1970, após o ingresso dos filhos na universidade em São Paulo, mudou-se para lá. Faleceu em 1986.

Vereadores na 2ª Legislatura 1964-1968: Arganauto Ortolani, Benedito Pereira da Silva (Dacio), Florival Alexandre Aguiar (Divo), Dr. Geraldo Pinto Amaral, Julio Pereira Capitão,

Prof. João Loureiro Miranda, João Ramos da Cruz, Joaquim Munhoz, José Francisco dos Santos, Orlando Silva, **Sadami Hirakawa**, e Waldemar Pereira.

Figura 18: Sadami Hirakawa
Fonte: Revista Mairinque 94 anos

Nascido em Ribeirão Preto em 1916, Sadami Hirakawa fora um dos pioneiros a chegar a Mairinque, em 1948, vindo de Santana de Parnaíba, cidade da grande São Paulo. Foi o primeiro vereador eleito pela colônia japonesa em 1963. Antes dele, o senhor Moriki Taka fora suplente e acabou assumindo a cadeira na primeira legislatura da cidade recém emancipada, em 1959.

Como todos que chegaram a Mairinque, Sadami cuidava da lavoura, principalmente de hortaliças, no bairro Setúbal, só se locomovendo para o centro da cidade quando estabeleceu seu comércio, em 1960. As principais culturas agrícolas da família eram a plantações de tomates que vendiam ao Mercado Central de São Paulo e depois ao CEASA. Teve 9 filhos, sendo 4 deles naturais de Mairinque e Kioshi Hirakawa, atual vereador na cidade. Faleceu em 1994 aos 78 anos.

Eleito pela colônia japonesa da cidade, Sadami defendia os interesses dessa comunidade, principalmente projetos ligados à agricultura. Também foi importante para aprovações das leis de construção da escola de 1º grau do Bairro Setúbal, hoje denominada Escola Municipal Horácio Ribeiro; asfaltamento da estrada municipal Centro até o bairro Setúbal e Oriental, hoje denominada Avenida Brasil Japão. E, claro, um dos responsáveis pela assinatura do tratado de convênio entre as cidades-irmãs Mairinque/Mitsuke em 1973. Também fora presidente da Associação Agrícola Recreativa Esportiva Setúbal por dois anos. Porém, seu maior legado é com certeza ter tido a ideia e de ter colocado em prática a Festa do Pêssego, tornando Mairinque muito conhecida nacionalmente e impulsionando o turismo e o comércio. Após a primeira legislatura, Sadami ainda fora vereador por mais 2 vezes seguidas, em 1969-1972 e de 1973 a 1976.

Vereadores na 3ª Legislatura 1969-1972: Air Sudário da Silva, Arlindo Taraborelli, Florival Alexandre Aguiar, Dr. Geraldo Pinto Amaral, João Ramos da Cruz, Prof. João Loureiro Miranda, José Francisco dos Santos, José Rodrigues da Paz Sobrinho, Waldemar Pereira, Júlio Pereira Capitão, **Mário Nishimori**, Orlando Silva, **Sadami Hirakawa** e João Porfírio Sarmiento.

Figura 19: Mario Nishimori
Fonte: Revista Mairinque 94 anos

Mario Nishimori nascido em 1943, natural de Salto Grande/SP. Em 1933 o navio *Kochi Maru* chegava em Santos trazendo a bordo o senhor Tsunehiro Nishimori, a esposa Tioko Nishimori, grávida e o primogênito do casal. Em seguida foram trabalhar na Fazenda Barbosa no Paraná. Paupérrimos, passando muitas necessidades, quando estavam em Pau D'Alho, atual Ibirarema, após a Segunda Guerra Mundial, foram perseguidos pelos “shindoremei”, o que ocasionou a migração para a região de Caucaia do Alto, Cotia/SP. Permaneceram ali de 1946 a 1949 trabalhando na lavoura e contabilizando prejuízos, quando, então, resolveram entrar para o ramo do comércio. Pesquisando na região, compraram o armazém Secos & Molhados em São Roque. Totalmente inexperientes, mais uma vez tiveram prejuízos e, tendo nas mãos o mínimo para remogar a vida, vieram para Mairinque para comprar uma quitanda no centro da cidade.

Foi eleito vereador pela ARENA na terceira legislatura em 1968 com 164 votos da colônia japonesa da cidade, atuando como presidente da Comissão de Esportes Municipal.

Vereadores na 4ª Legislatura 1973-1976: Dagoberto Manoel de Medeiros, Helio Wanderlei Netto, Prof. João Loureiro Miranda, José Bento dos Santos, José Francisco dos Santos, Prof. José Luiz Bellini, Engº José Netto do Prado, Prof. José Pinto Amaral, Orlando Silva, **Sadami Hirakawa** e Waldemar Pereira.

Vereadores na 5ª Legislatura 1977-1982: Sem vereadores *nikkeis*

Vereadores na 6ª Legislatura 1983 a 1988: Sem vereadores *nikkeis*

Vereadores na 7ª Legislatura 1989-1992: Benedita Lourdes Totta da Silva, Benedito Corsi, Carmo Tulio M. Camargo, Dagoberto Manoel de Medeiros, Domingos Gabriel Vernier, Jaime Henrique Duarte, João Batista do Nascimento, **José Matinaga**, Luiz Carlos de Oliveira, Luiz Gonzaga Tisêo, Manoel Nelson Ferreira Filho, Paulo Assini Júnior, Severino Soares Ferreira, Francisco de Paula Alves da Silva, Vitor Lippi, Wilson do Carmo Ribeiro e a suplente que assumiu Maria Madalena de Aguiar.

Figura 20: José Matinaga
Fonte: Revista Mairinque 94 anos

José Matinaga, nascido em São Simão/SP em 1929, casado, foi agricultor na região de Presidente Prudente/SP e chegou a Mairinque em 1966 devido aos conselhos de seu sogro, Ariuky Ito, que morava em São Roque, de que Mairinque seria muito boa para educar os filhos. Como os outros *nikkeis*, foi para o bairro Setúbal onde, durante 6 anos, cuidou da produção de pêssegos. Em 1973 comprou a metade de um sítio para a plantação e colheita de pêssegos, porém, o cultivo estava bom até meados de 1976, quando começou a surgir doenças nos pessegueiros e a produção passou a não compensar muito. Nessa época, cerca de 150 famílias trabalhavam nessa lavoura. Como muitos outros produtores, chegaram a radicar grande parte dos pessegueiros da região em 1980, quando a situação ficou pior ainda. Nessa época Mairinque era um dos melhores produtores de pêssegos do Brasil. Para a família Matinaga não foi apenas a questão econômica que inibiu a produção do pêssego, mas, também, a falta de mão de obra, pois os mais novos não queriam trabalhar na lavoura e preferiam sair da cidade para estudar.

Em 1985, Matinaga resolveu se mudar para o centro da cidade depois de ser eleito vereador em 1983, exercendo o cargo até 1987. Depois, assumiu novamente uma cadeira na Câmara Municipal em 1988 a 1992 e de 1993 a 1996 pelo PFL (Partido da Frente Liberal), atualmente denominado como DEM (Democratas). A partir de sua primeira legislatura percebe-se que os votos não vinham mais exclusivamente da colônia japonesa da cidade. Como sempre esteve muito envolvido com a cultura do pêssego, ficava sempre saudosos do tempo da Festa do Pêssego quando, por muitas vezes, viajava para outras cidades e, principalmente à capital, para promover a festa em emissoras de TV, Rádios e Jornais. Com isso, acabou ficando querido por toda a população da cidade. Para Matinaga essa foi uma das grandes contribuições que a colônia japonesa trouxe para a divulgação do nome da cidade.

Matinaga também atuava junto à colônia japonesa da cidade, mas também se destacou pela criação de leis que incentivavam a educação, como a lei que custeava a passagem de estudantes do primário, colegial, técnico-profissionalizantes e superior de uma localidade do município para outra ou para municípios vizinhos e a lei da Semana da Ética Profissional.

Vereadores na 8ª Legislatura 1993-1996: Anésio Alves da Silva, Benedita L. Totta da Silva, Benedito Eduardo Corsi, Carmo Tulio M. Camargo, Domingos Gabriel Vernier, José Mariano Azzini, **José Matinaga**, José Roberto Rizkallah, Manoel Gomes da Conceição, Manoel Lourival Nobre, Maria dos Santos Matos, Mário Alonso Lopes, Paulo Assini Júnior, Severino Soares Ferreira, Valdeci Marques Pereira, Vicente de Paula Alves da Silva, e os suplentes que assumiram: João Batista do Nascimento, Vanderlei Souta, Sueli Isabel dos Santos, Juarez Geraldo Reis e Dr. Paulo Vésar de Oliveira.

Vereadores na 9ª Legislatura 1997-2000: Antônio Gilberto de Lucca, Arnaldo de Jesus Oliveira, Áurea Rolim de Paula, Darci Ferreira de Aguiar, Juarez Geraldo Reis, Maria Madalena de Aguiar, Manoel Lourival Nobre, **Milton Mitsuo Enokibara**, Paulo Assini Jr., Paulo Roberto Masetto, Rafael Ernestino de Aguiar, Ricardo Almeida Souza, Sandro Mauro do Nascimento, Sergio Antonio Gonçalves, Valdeci Marques Pereira, André Gomes Carneiro, Florival Alexandre Aguiar e Roberto Aparecido Godinho.

Figura 21: Milton Mitsuo Enokibara
Fonte: Câmara Municipal de Mairinque

Milton Mitsuo Enokibara nasceu em 1946 em São Paulo, teve uma atuação muito intensa junto à comunidade mairinquense dentro de suas funções profissionais e dentro da Câmara Legislativa da cidade. Médico do trabalho formado pela UNESP de Botucatu, veio para Mairinque em 1977 depois de ser proprietário de uma empresa em Sorocaba que dedicava à Medicina de Grupo. Prestou concurso para médico na antiga FEPASA e veio em definitivo para a cidade. Eleito para a nona legislatura em 1997, foi presidente do PSDB em Mairinque.

Foi eleito em 1996 pelo PSDB para a 9ª legislatura e exerceu o cargo de 1997 a 2000, sendo membro da Comissão de Justiça e Redação em 1996 e 1999 e presidente dessa mesma comissão em 1998, bem como presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social em 1999. Em 2000, foi eleito vice-presidente da Câmara Municipal.

Vereadores na 10ª Legislatura 2001-2004: Sem vereadores *nikkeis*

Vereadores na 11ª Legislatura 2004-2008: Sem vereadores *nikkeis*

Vereadores na 12ª Legislatura 2009-2012: Sem vereadores *nikkeis*

Vereadores na 13ª Legislatura 2013-2016: José Teixeira de Macedo, Carlos Alberto Reis, Giovani Huggler, **Kioshi Hirakawa**, Rodrigo Augusto Conceição, Helio Moretto Júnior, Vitorio Aldigheri Júnior, Maria Selma da Silva, Ildéia Maria de Souza, Roberto Wagner Simão Ierck, Abner Segura Fernandes, Fábio Melo dos Santos, Francisco Rodrigues Cardozo, Paulo Roberto Cornélio, Rogério Constatino Peres, Francisco Marques de Souza.

Figura 22: Kioshi Hirakawa
Fonte: Facebook

Vereadores 14ª Legislatura 2017-2020: Kioshi Hirakawa, André Gomes Carneiro, Kennedy Joaquim Marques, Bruno Fernando Santana Gonçalves, Carmo Túlio Martins Camargo, Giovani Huggler, Rafael de Oliveira Dias, Fábio Melo dos Santos, Cleomar Aparecido Valim, Abner Segura Fernades, Paulo Antônio Garcia, José de Souza Gomes e Francisco Rodrigues Cardozo.

Kioshi Hirakawa, 64 anos, casado, mairinquense, um dos filhos de Sadami Hirakawa, tendo formação em Tecnologia Mecânica, Engenharia Mecânica e Pós-graduação em Gestão Ambiental, atuando na área industrial por 15 anos e na área rural por 20 anos. Eleito vereador pela primeira vez em 2012 pelo PTB, Kioshi foi membro das comissões permanentes de Educação, Saúde e Assistência Social. Atualmente é Presidente da Câmara e Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos.

No caso de Kioshi fica claro o investimento da família para que seus filhos estudassem. Segundo Sakurai (1995: 150), “o curso superior era uma porta de entrada para a inserção em meios restritos aos membros das elites nacionais e a descendentes de imigrantes de famílias abastadas”.

Sobre o tema, Miyao (1980: 93) afirma:

Geralmente o primogênito herdava sua ocupação familiar (do pai) e os outros filhos, em compensação, eram contemplados com o privilégio de seguir cursos superiores. Isto quer dizer que na família de ascendência japonesa a instrução era considerada um patrimônio. A educação escolar era encarada como uma das condições imprescindíveis para que os filhos pudessem sobreviver na vida social, quando independentes, e almejar a ascensão social. Tal conceito arraigado no japonês leva-

o a ter na educação dos filhos o maior objetivo e de ser, de certo modo, a obrigação dos pais.

A maior parte das famílias nipônicas da cidade confirmam esse pensamento de que pelo menos um dos filhos tinha que se formar para melhorar o padrão de vida da família.

Kioshi também criou leis que incentivam a educação como a lei que institui o tema de educação no trânsito no Ensino Fundamental e Médio e leis para a prevenção de doenças como o câncer de mama etc. Em 2014 criou a lei de conscientização em prevenção de desastres – Mairinque Bousai nas escolas com a finalidade de os alunos, as escolas e seus respectivos professores e diretores a apresentarem projetos de conscientização em prevenção de desastres para o município, através de estudos e pesquisa. Em 2014 integrou a comitiva mairinquense em visita a cidade-irmã Mitsuke no Japão para o treinamento em redução a desastres naturais, programa da Defesa Civil e da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão).

3.1.2 Análise e Discussões dos Resultados

Objetivando descrever a trajetória política dos nipônicos na cidade de Mairinque/SP, a pesquisa necessitava descobrir, especificamente, como fora essa trajetória e para isso, foi preciso descobrir quais estratégias essas pessoas utilizavam para se eleger e qual o papel das associações japonesas no pleito; qual foi o histórico de vida dessas pessoas e a contribuição por meio de políticas públicas para o desenvolvimento da cidade.

Até chegar a esses dados, fora preciso mapear o histórico da chegada dos imigrantes japoneses no Brasil e como viveram na sociedade brasileira desde a chegada da primeira leva deles em junho de 1908. Para coletar os dados do primeiro capítulo foram utilizadas bibliografias de estudiosos sobre a imigração japonesa no Brasil.

Para a obtenção dos dados do segundo capítulo foram utilizados livros, *sites* e blogs, entrevistas com a comunidade *nikkei* da cidade etc.

Para a obtenção dos dados do terceiro capítulo foram contatados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018, um político para analisar sua trajetória e a trajetória de seu pai que também fora vereador da cidade, e dois familiares de outros dois políticos para a realização de entrevistas a fim de descobrir, por meio de dados qualitativos, os objetivos específicos, que são: seus históricos de vida, quais estratégias utilizavam para se eleger, qual o papel das associações japonesas no pleito e a contribuição para o desenvolvimento da cidade.

Para a coleta dos dados das entrevistas, utilizamos entrevistas semiestruturadas abertas, deixando os entrevistados livres para responderem às questões. Porém, agora, iremos analisar apenas as respostas sobre os objetivos da pesquisa.

A primeira questão tratava-se das estratégias utilizadas pelos candidatos para se elegerem: Quais as estratégias para se elegerem?

O que se confirmou ao analisar as entrevistas foi que desde a primeira legislatura que contou com os votos da colônia japonesa, elegendo Moriki Taka, até a quarta legislatura em 1972, os votos vieram quase totalmente da comunidade japonesa da cidade. Porém, a partir da sétima legislatura em 1986, os votos já foram bem distribuídos entre toda a população da cidade.

Sobre o interesse dos japoneses em participar das eleições no município, K. H afirma:

Os membros da colônia da cidade se reuniam na associação de japoneses no bairro Oriental para discutir sobre a importância da representatividade dos agricultores nipônicos dentro da Câmara Municipal. Como a população de Mairinque ainda não tinha mais do que 11 mil habitantes nos anos 50 (**1950**) e a população *nikkei* ainda não era tão expressiva, as pessoas somavam apoio para escolher um candidato que melhor representasse a todos (grifos nossos).

M. M também afirma que:

Após as fusões das associações em 1980, a gente percebeu que os japoneses já estavam mais articulados com as questões políticas e que precisavam angariar mais votos de mais pessoas da cidade, não só de japoneses.

Com as respostas dadas, mostra-se comprovada a hipótese de Sakurai que os políticos japoneses se elegeram, inicialmente, apenas com o apoio da colônia japonesa também no âmbito da cidade de Mairinque. Sobre isso, Sakurai (1995), ao analisar dados dos pleitos da comunidade japonesa entre 1947 a 1962, que ela chama de primeira fase, como abertura dos caminhos para os representantes da etnia japonesa e, após o golpe de 1964, como segunda fase, disse:

A análise dos resultados eleitorais e as informações que temos dos candidatos através de leituras e entrevistas permitem levantar a hipótese de que os representantes da primeira fase foram eleitos basicamente com os votos da própria colônia. No entanto, a partir da segunda geração de políticos, outros elementos

começam a pesar, como a eleição a partir de categorias profissionais, em grupos específicos não necessariamente ligados à comunidade. Isto significa que os candidatos *nikkeis* não participam das eleições pela origem étnica, mas por sua atuação na sociedade (SAKURAI, 1995: 128).

Após mostrarem seu trabalho no decorrer dos anos, tiveram a confiança de toda população da cidade.

A segunda questão tratava-se do papel das associações japonesas para o pleito: Qual o papel da Associação Cultural de Mairinque (ACM) para o pleito?

De acordo com as respostas as associações foram muito importantes para os primeiros pleitos, época em que ainda elas estavam desmembradas e os *nikkeis* ainda viviam separados do restante da população da cidade, em bairros japoneses. Conforme explica K.H:

As associações dos bairro Setúbal e Oriental eram fundamentais para o auxílio aos candidatos *nikkeis*. Havia as reuniões da comunidade onde todos se encontravam pra discutir política. Acredito que desde a primeira eleição já tivemos candidato eleito devido a esse trabalho das associações japonesas em se articular.

A terceira questão tratava-se sobre as contribuições para o desenvolvimento da cidade. Que projetos implementaram etc: Quais os projetos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade?

Conforme Sakurai (1995), inicialmente os japoneses interessaram pela participação política para defender os interesses da comunidade na agricultura, já que a maioria da colônia era de agricultores. Porém, não existiam estratégias claramente definidas para a realização desse objetivo. Conforme iam aprendendo o ofício da legislatura, participando de comissões, é que os primeiros projetos foram ganhando forma. Sobre isso, o filho de Sadami, K.H diz:

Meu pai era procurado pelo agricultores e produtores para defender os interesses da colônia nessa área agrícola. Com isso, ele teve a ideia de criar o projeto de lei da Festa do Pêssego na cidade para promover a produção da fruta.

Sobre o mesmo assunto, a filha de Matinaga, M.M também diz:

Ele (*Matinaga*) tinha orgulho de ser o porta-voz do pêssego da cidade pelo Brasil. Ajudava a divulgar a cidade e com isso era muito querido por toda população de Mairinque (grifos nossos).

O mesmo fato é observado por Sakurai (1995) ao expor como fora as primeiras atividades dos novos políticos *nikkeis*:

À medida em que o tempo passava e eles participavam de diversas comissões na Assembleia – inicialmente as de agricultura e economia -, iam surgindo oportunidades para cumprirem a tarefa a que se haviam proposto. Também começaram a ser procurados por representantes da colônia, para que tentassem defender seus interesses. (SAKURAI, 1995: 168)

Com o passar dos anos, após ganharem o respeito de toda a população da cidade, os projetos legislativos já estavam inseridos não apenas para os interesses da comunidade *nikkei*, mas para todos os cidadãos da cidade.

Assim como acontecera com os políticos *nikkeis* no âmbito nacional na década de 1960-70, com a projeção econômica e tecnológica do Japão, os legisladores *nikkeis* da cidade de Mairinque também ganham visibilidade. Os representantes foram consultados sobre a ideia da criação do convênio de cidades geminadas entre Mairinque e Misuke e em 1973 o acordo é assinado no Japão com a presença de Sadami Hirakawa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações desse trabalho irão rever e resumir a pesquisa, identificar os principais métodos utilizados e discutir suas implicações no estudo.

Essa dissertação assumiu como objetivo descrever a trajetória política dos (i)migrantes e descendentes de japoneses na cidade de Mairinque, interior de São Paulo, e como essas pessoas atuaram no cenário político da cidade.

Após as primeiras décadas de trabalho nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo, no final da Segunda Guerra Mundial, os *nikkeis* decididos a se fixarem definitivamente no Brasil, começaram a se instalar em cidades próximas à capital paulista após a conquista de terras para exercerem atividades agrícolas. Neste contexto, chegam a Mairinque os primeiros imigrantes e descendentes de japoneses no ano de 1948.

A cidade que antes vivia em função da ferrovia, com a chegada dos japoneses inaugura outra forma econômica baseada na agricultura. Esses (i)migrantes viram que a cidade tinha potencial para a realização de atividades hortifrutigranjeiras, com isso, foi permitido o desenvolvimento da região. Até 1958 a cidade pertenceu ao município de São Roque, ganhando a emancipação em 1959. Os primeiros vereadores e prefeito tomaram posse em 1960 com a presença de um vereador *nikkei* como suplente, que acabou tomando posse posteriormente por um curto período de tempo.

Nesse sentido, o problema da pesquisa fora descobrir as motivações e porquê que essa etnia decidiu fazer parte dos órgãos decisórios da cidade e como faziam para se eleger, o papel das associações japonesas no pleito, os seus históricos de vida e sua atuação e contribuição nos projetos de políticas públicas para o desenvolvimento da cidade.

Para tal, a análise apoiou-se, primeiramente, na revisão de literatura sobre a imigração japonesa no Brasil para, com as perspectivas dos autores, tentar compreender como fora o contexto de vida dessas pessoas desde a chegada dos primeiros imigrantes em 1908 até 1948, ano em que o objeto principal do estudo, os japoneses de Mairinque, inseriram-se na cidade.

O trabalho empírico envolveu a pesquisa de campo utilizando entrevistas semiestruturadas com os políticos e familiares para a obtenção dos dados que norteavam os objetivos específicos da pesquisa.

Podemos considerar que o estudo realizado retirou-se alguns resultados. Em primeiro lugar verificou-se que os *nikkeis* chegaram a Mairinque com o objetivo de trabalhar e de se

estabelecerem economicamente, comprovando a hipótese de que após a Segunda Guerra Mundial houve um grande movimento de trabalhadores japoneses dentro do território japonês. Foi possível também concluir que a motivação principal para a entrada da etnia na política foi para a defesa dos interesses da comunidade japonesa nas questões agrícolas. Porém, também se verificou, em um segundo momento, que se dedicaram às questões de toda comunidade étnica da cidade.

Conclui-se, ainda, que os votos recebidos pelos japoneses foram, inicialmente, vindos da colônia japonesa, mas que, após alguns anos de trabalho perante à comunidade mairinquense, em meados dos anos 1980, esses votos já foram mais distribuídos entre todas as etnias que compõe a cidade.

Também conclui-se que especificamente nesta cidade os japoneses não sofreram preconceitos por serem nipônicos. Durante a ditadura do Estado Novo foi notado que algumas famílias chegaram a ser perseguidas antes de se estabelecerem em Mairinque, porém esse evento trágico não afetou os (i)migrantes na cidade, já que a chegada deles foi posterior a esses fatos. Segundo os entrevistados, os *nikkeis* sempre foram muito respeitados dentro e fora da Câmara Municipal da cidade e que ser japonês ajuda no pleito devido ao respeito que a etnia construiu perante à sociedade brasileira.

Infelizmente ao longo do trabalho de campo foram constatadas algumas limitações como a morte da maioria dos políticos *nikkeis*. Na época do projeto de pesquisa já havia essa previsão de que alguns deles poderiam estar falecidos e para isso foi pensado entrar em contato com os familiares dos ausentes. Porém, apenas no estudo de campo que fora verificado que a maioria já não se encontrava mais viva e que familiares já não se encontravam mais na cidade. Apesar das pessoas que foram entrevistadas conhecerem muito bem a sua comunidade e suas histórias, reconhecemos que o estudo ficou limitado a poucas fontes.

Este estudo também apresenta algumas limitações no que tange à sistematização da origem dos votos que os *nikkeis* recebiam/recebem, tornando difícil a comprovação estatística desses números.

Apesar das limitações identificadas e de outras que podem ser apontadas, com este trabalho, acredita-se que servirá de implicação e de base para levantar novas consultas e abrir novas perguntas sobre a atuação nipônica na política brasileira. Podendo, inclusive, ser tema de pesquisa de doutoramento.

O tema da participação na política pelos *nikkeis* ainda tem a necessidade de pesquisas mais detalhadas a nível regional e nacional, principalmente em cidades em que a comunidade japonesa são mais expressivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. **Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)**. 2012. [s. n.]. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2012.
- ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995 (Org. Masato Ninomiya).
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci., TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, 2010.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci., HIRANO, Sedi. **Histórias migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas**. São Paulo: Humanitás/Fapesp, 2014.
- ., ———. **Histórias migrantes: caminhos cruzados**. São Paulo: Humanitás/Fapesp, 2016.
- CEPAM. **Municípios paulistas: Mairinque**. Em <http://www.cepam.org/municipios/municipios-paulistas/mairinque.aspx#ad-image-0> Acesso em: 16 de abril de 2015.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- CONDEPHAAT. **Processo de tombamento da estação de Mairinque nº 24383/86**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1984.
- DEZEN, Rogério. **Shindô Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.
- DIAS, C.A.U., FRANCISCO, H.S. CAVALLI JÚNIOR, J. **Os nikkeis na Assembleia de São Paulo**. 2008
- DIAS, Maurício Sérgio.; SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinato. **Cidade e ferrovia: Estação Mayrink: relatório científico não publicado**. Departamento de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis: Universidade Estadual Paulista, 1994.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

FREIRE, Gerson. **Mayrink de vila à cidade**. Mairinque: Paris Gráfica, 2013.

GIESBRECHT, Rauph M. **Estação de Mairinque**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/m/mairinque.htm>>. Acesso em: 22 set. 2016.

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: T.A Queiróz Editor Ltda., 1980.

———. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A Queiróz Editor Ltda., 1987.

HARADA, Kiyoshi. **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

HASHIMOTO, Francisco., TANNO, Janete leiko., OKAMOTO, Monica Setuyo. **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008.

HIRANO, Sedi. Transformação do imigrante japonês em cidadão brasileiro. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci., HIRANO, Sedi. **Histórias migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas**. São Paulo: Humanitás/Fapesp, 2014.

IBGE. São Paulo, **Mairinque**. Em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352840> Acesso em: 16 de abril de 2015.

JAPAN NATIONAL DIET LIBRARY. **100 anos de imigração japonesa no Brasil: panorama geral da comunidade nipo-brasileira durante a Guerra do Pacífico**. Em http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s5/s5_2.html Acesso em: 22 de abril de 2015.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

KIYOTANI, Masuji, YAMASHIRO, José. O imigrante e a educação dos filhos. In: **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

KUNIYOSHI, Celina. **Estação ferroviária de Mairinque**. Em <http://www.cidadespaulistas.com.br/cid/322/saiba-mais.html> Acesso em: 16 de abril de 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua Preservação**. São Paulo: Ateliê-FAPESP, 1998.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

———. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira**: Londrina, 1930/1958. 2012. 219 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- MASAO, Daigo. **Pequena história da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Gráfica Paulos, 2008 (Trad. Masato Ninomiya).
- MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.
- MIYAO, Sussumu, YAMASHIRO, José. A decisão de permanecer para sempre no Brasil. In: **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil: Volume I (1908-1941)**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011.
- MOTOYAMA, Shozo., OKUBARO, Jorge J. **Do conflito à integração: uma história da imigração japonesa no Brasil: Volume II (1941-2008)**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2016.
- NAKASUMI, Tetsuo; YAMASHIRO, José. Período do pós-guerra. In: **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao-Ohmo, 1984.
- NUCCI, Priscila. **Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico: textos e silêncios**. São Paulo: Anablume, 2010.
- OLIVEIRA, Fernando Vicente. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas/SP: Papirus, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. O confinamento de Acará: Japoneses na colônia de Tomé-Açu no Pará durante a Segunda Guerra Mundial. In: Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi. **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- . **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitárias, 2009.

- PUJOUL Jr. **Uma estação modelo**. Revista Polytechnica. IV (22), 1908.
- RAMOS, Débora de Oliveira. **Sindicato da Sorocabana**. Sorocabano, 2008.
- SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. In: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. **GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS**. Outubro 1998 Caxambu-MG.
- . **Imigração Tutelada**: os japoneses no Brasil. Campinas, 2000. Tese de doutoramento em Antropologia IFCH-UNICAMP.
- SASAKI Pinheiro, Elisa Massae. **Ser ou não ser japonês?** A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo. 2009. [s. n.]. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SILVA, Rafaela. **Valor histórico, preservação e uso turístico do patrimônio industrial ferroviário**: estudo a partir da vila e estação de Mairinque (SP). 2013. [s. n.]. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual Paulista, Rosana/SP, 2013.
- SOUKEF JUNIOR, Antônio. **Sorocabana**: uma saga ferroviária. 1ªed. São Paulo: Dialetto, 2001.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- . **Japoneses**: a saga do povo do sol nascente. São Paulo: Lazuli, 2007.
- . **O perigo amarelo**: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Humanitás/Fapesp, 2008.
- . **Imigração japonesa nas revistas ilustradas**: preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.
- TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia**: imigração, política e cultura. 2015. [s. n.]. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015
- TSUCHIDA, Motoko, 1998. A History of Japanese Emigration from the 1860s to the 1990s, in WEINER & HANAMI (eds.). **Temporary Workers or Future Citizens?** Japanese and US Migration Policies, Op. Cit., p. 77-119.
- YAMASHIRO, José. **Japão**: passado e presente. São Paulo: Ibrasa, 1986.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

1 Identificação

Nome:

Reside em Mairinque há quanto tempo:

Estado Civil:

Filhos:

Profissão:

- 1) Como sua família chegou a Mairinque?
- 2) Como é ser *nikkei* na cidade?
- 3) Como se tornou político?
- 4) Qual partido concorria às eleições?
- 5) Como se utiliza da *japonesidade* para se eleger?
- 6) Ser *nikkei* ajuda ou atrapalha no pleito?
- 7) Como é/era realizada a propaganda política?
- 8) Quais outras estratégias e assuntos que utiliza/utilizou para se eleger?
- 9) Qual o papel da Associação Cultural de Mairinque (ACM) para o pleito?
- 10) Qual a relação da Câmara Municipal com a ACM?
- 11) Quais as redes políticas dentro da Câmara?
- 12) Quais projetos de lei implementou?
- 13) Realizou projeto de intercâmbio com o Japão? Quais?
- 14) Existe pretensão em se tornar deputado?
- 15) Quais alianças faz/fez com políticos de cidades vizinhas?